

Demonstrações Financeiras Individuais

1º Semestre 2026

+ + +
+ + +
+ + +
+ + +
+ + +
+ + +
+ + +
+ + +

SICOOB SUL-SERRANO

COOPERATIVA DE CRÉDITO SUL-SERRANA DO ESPÍRITO SANTO
CNPJ: 00.815.319/0001-75

Relatório de Administração

Prezados, cooperados e comunidade, sejam bem-vindos!

Neste documento, apresentamos as Demonstrações Financeiras referentes ao primeiro semestre encerrado em 30 de junho de 2026 do Sicoob Sul-Serrano, alinhados ao nosso compromisso com a transparência. As demonstrações financeiras individuais completas podem ser acessadas no site comunidadesicoob.com.br/ra.

Ao navegar por este relatório, você terá a oportunidade de explorar em detalhes os resultados financeiros, destacando a solidez da nossa cooperativa e o impacto positivo do cooperativismo em nossa comunidade.

Agradecemos a atenção e interesse. Boa leitura!

1. Contexto Sicoob

Sicoob faz parte do Sistema Financeiro Nacional e é um dos maiores sistemas cooperativos do país. Segundo ranking “Melhores Bancos do Mundo 2023 e 2024” da Forbes o Sicoob é a 3ª melhor instituição financeira do Brasil, conta com 10 milhões de cooperados, presente em 2.503 mil municípios e 4.756 pontos de atendimento, distribuídos em todo o Brasil. É composto por cooperativas financeiras e empresas de apoio, que, em conjunto, oferecem aos cooperados serviços de conta corrente, crédito, investimentos, cartões, previdência, consórcios, seguros, cobrança bancária, aquisição de meios eletrônicos de pagamento, entre outros, ou seja, tem todos os produtos e serviços bancários, mas não é banco. É uma cooperativa financeira em que os usuários (cooperados) são donos. Por isso, os resultados financeiros são compartilhados, direta e indiretamente, entre os cooperados, com uma parte destinada a projetos comunitários

Guiado pelos princípios do cooperativismo financeiro, o Sicoob atua com o propósito de promover cooperação, pertencimento, responsabilidade social e justiça financeira, impulsionando o crescimento econômico e social das comunidades onde está inserido e fortalecendo relações baseadas na confiança e na participação ativa de seus cooperados.

1.1. O Sicoob ES

O Sicoob ES é um dos 14 sistemas regionais que integram o Sicoob no Brasil. Com quase quatro décadas de atuação nos estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro, além das cidades de São José dos Campos (SP), Ilhéus, Itabuna, Santa Luzia, Lauro de Freitas e Salvador (BA), o Sicoob ES mantém firme o propósito de avançar na ocupação territorial do Arco Leste do Brasil, abrangendo 334 municípios e mais de 30 milhões de habitantes, e com isso cooperar para o desenvolvimento desses estados e municípios através da promoção de soluções financeiras adequadas e da participação ativa na articulação de políticas públicas que gerem prosperidade. O sistema regional é composto por seis cooperativas singulares: Sicoob Sul-Litorâneo, Sicoob Sul, Sicoob Coopermais, Sicoob Sul-Serrano, Sicoob Credirochas e Sicoob Conexão que juntas reúnem mais de 1,1 milhão de cooperados, evidenciando a força do cooperativismo financeiro na região.

No primeiro semestre de 2026, o Sicoob ES constituiu três novos pontos de atendimento, alcançando o total de 211 unidades em sua área de atuação. Essa expansão reforça o compromisso do sistema regional com a proximidade, o acesso aos serviços financeiros e a presença ativa nos territórios, distribuindo-se em 8 unidades na Bahia, em 5 municípios; 142 no Espírito Santo, em 74 municípios; 59 no Rio de Janeiro, em 37 municípios; e 2 em São Paulo, no município de São José dos Campos.

A base de cooperados é formada, majoritariamente, por pessoas físicas (82%) e alcançou 1.104.709 cooperados em junho de 2026, um crescimento de 17,1% em relação ao mesmo período do ano anterior, Somente no primeiro semestre de 2026,

o Sicoob ES registrou a entrada de mais de 100 mil novos cooperados, dos quais 64.770 vieram por canais digitais, o equivalente a 65% das novas adesões. O movimento reflete a confiança contínua no modelo cooperativista, na solidez do sistema e na relação de proximidade construída com as comunidades. Ao final do semestre, o sistema regional contava com 2.576 colaboradores, distribuídos entre as seis cooperativas singulares e a Central, que atuam diariamente para transformar propósito em resultados concretos.

1.1.1 Destaques

Entre os principais destaques do Sicoob ES ressaltam-se:

- Pelo terceiro ano consecutivo, o Sicoob ES foi reconhecido como o Maior Grupo Empresarial do Espírito Santo, segundo o Anuário IEL 200 Maiores e Melhores Empresas, considerando o critério de patrimônio líquido, reafirmando sua solidez e relevância econômica no Estado.
- Há 13 anos consecutivos, o Sicoob ES é reconhecido no Prêmio Líder Empresarial, e, em 2025, recebeu novamente destaque nas categorias “Cooperativa”, “Instituição Financeira” e “Grupo Empresarial”, evidenciando uma trajetória consistente de liderança e credibilidade.
- Desde 2010, o Sicoob ES ocupa o primeiro lugar na pesquisa Recall de Marcas, realizada pela Rede Gazeta, resultado que traduz a forte conexão da marca com os capixabas e a confiança construída ao longo do tempo.
- Em 2025, o Sicoob ES alcançou a marca histórica de 1 milhão de cooperados, um marco que simboliza não apenas crescimento, mas o reconhecimento de milhares de pessoas que escolheram fazer parte de um modelo financeiro mais justo, participativo e sustentável.
- No mesmo exercício, o Sicoob ES passou a integrar o ranking nacional Great Place to Work (GPTW), figurando entre as 175 melhores empresas para trabalhar no Brasil, reforçando o compromisso com a valorização das pessoas, a construção de um ambiente organizacional saudável e o desenvolvimento humano.
- Reafirmando seu papel como agente de transformação social, o Sicoob ES destinou mais de R\$ 8,9 milhões ao 8º Edital Social, beneficiando mais de 250 mil pessoas por meio do apoio a projetos voltados à educação, inclusão social, cidadania e fortalecimento das comunidades locais, ampliando o impacto positivo de sua atuação para além do âmbito financeiro. Em 2025, todas as iniciativas de responsabilidade social executadas ou apoiadas pelo Sicoob ES em 2025 nos 117 municípios beneficiaram diretamente 519 mil pessoas, com um investimento direto de quase R\$ 12 milhões.
- Em 2025, o Sicoob ES foi reconhecido na categoria ESG do Prêmio Ser Humano da ABRH ES com o projeto “Clínicas Financeiras: o Trabalho Voluntário como Motor de Transformação Social” que reconhece iniciativas que tenham compromisso social e que agregam valor para todos os envolvidos, neste caso, colaboradores voluntários e comunidade.
- A redução do impacto ambiental também faz parte das estratégias do Sicoob ES, que conta com usinas fotovoltaicas para gerar energia elétrica de fonte renovável para consumo em suas dependências, cuja produção e consumo sustentável em 2025 contribuiu para a redução de mais de 2,5 mil toneladas de CO₂ por ano, impacto ambiental equivalente ao cultivo de 15.645 mudas de árvores ao longo de 10 anos.
- O Sistema Sicoob ES mantém o **Fundo de Estabilidade e Fomento do Sicoob ES (FEFES)**. O fundo foi prorrogado até 31/12/2030, conforme deliberação em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) do Sicoob Central ES, com o objetivo de fortalecer o sistema regional para o novo ciclo de crescimento, especialmente no avanço da estratégia de expansão presencial na região do Arco Leste do Brasil. Em 30/06/2026, o FEFES apresentava saldo de **R\$ 891.916 mil**.

- O repasse de recursos do BNDES continuou sendo um destaque para os setores empresarial e rural. Pelo quinto ano safra consecutivo, o Sicoob ES foi reconhecido como o maior repassador de recursos para os programas agropecuários do BNDES no Espírito Santo, reforçando seu papel no apoio financeiro a diversos segmentos econômicos. Os números detalhados sobre esses repasses estão disponíveis no site do BNDES: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/centraldedownloads>, <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/consulta-operacoes-bndes/credito-rural-desempenho-operacional>.
- Sicoob ES foi novamente destaque na operacionalização dos recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), consolidando-se, pelo décimo quinto ano safra consecutivo, como o maior repassador no Espírito Santo, contribuindo para o fortalecimento da cafeicultura capixaba em toda a cadeia produtiva. Os números detalhados estão disponíveis na Matriz de Dados de Crédito Rural do Banco Central do Brasil: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/micrrural>.
- O Sicoob foi o maior financiador do agronegócio do Espírito Santo na safra 2025/2026, somando R\$ 4,49 bilhões liberados. O montante representou 34% de todos os recursos do Estado. Esse resultado reafirma o compromisso do Sicoob ES com o desenvolvimento sustentável do agronegócio capixaba, mantendo uma atuação consistente na oferta de crédito rural e proporcionando aos produtores a previsibilidade necessária para investir e produzir. Os números detalhados estão disponíveis na Matriz de Dados de Crédito Rural do Banco Central do Brasil: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/micrrural>.

1.1.2 Soluções Implementadas

Durante o primeiro semestre de 2026, diversas soluções financeiras foram lançadas para fomentar a inovação, fortalecer e atender as necessidades dos nossos associados, dentre elas destacam-se:

- **ASTEC DIGITAL:** Com a ferramenta Assistência Técnica Digital, é possível integrar cooperativas e profissionais responsáveis pela elaboração de projetos e prestação de assistência técnica. Essa integração facilita a captação e contratação de crédito rural, amplia o alcance dos parceiros envolvidos e agiliza o acesso aos recursos financeiros destinados ao setor.
- **CCE- Cédula de Crédito à Exportação:** Iniciado ao final de maio de 2026, a Cédula de Crédito à Exportação (CCE) permanece como instrumento estratégico para o financiamento de exportadores, ao possibilitar recursos voltados à produção e comercialização de bens destinados ao mercado externo, com lastro em exportações futuras. Para a Cooperativa, trata-se de mecanismo que contribui para estruturação de garantias e segurança da operação, com possibilidade de pactuação em moeda nacional ou estrangeira, apoiando o planejamento financeiro do exportador e oferecendo maior previsibilidade frente às variações do ambiente econômico.
- **NCE Notas Comerciais de Exportação:** Lançado no final de maio de 2026, as Notas Comerciais de Exportação (NCE) despontam como alternativa de financiamento com livre negociação, voltada à produção de bens destinados à exportação e a serviços correlatos. A perspectiva é ampliar o uso de estruturas que promovam flexibilidade, diversificação de funding e adequação ao ciclo financeiro do exportador, viabilizando condições mais alinhadas às demandas do comércio exterior.
- **BNDES – Crédito Empresarial:** Em 2026, o Sicoob ES ampliou seu portfólio de programas do BNDES, disponibilizando novas linhas voltadas ao fortalecimento da atividade empresarial e à diversificação das alternativas de financiamento para os cooperados.

Entre os programas implementados destacam-se:

BNDES Renovação de Frota – Lançado em janeiro de 2026, tem como objetivo viabilizar a aquisição de caminhões novos ou seminovos, contribuindo para a modernização, eficiência e segurança da frota.

BNDES FUST – Lançado em fevereiro de 2026, é voltado à expansão e modernização das redes e serviços de telecomunicações, promovendo a conectividade, a redução das desigualdades regionais e o desenvolvimento econômico e social.

BNDES Procapcred Mulher – Lançado em abril de 2026, visa fortalecer os acessos ao crédito produtivo para empreendedoras, promover a inclusão financeira, estimular o protagonismo feminino e reduzir desigualdades de gênero no acesso a financiamento.

BNDES Brasil Soberano – Lançado em maio de 2026, é destinado a apoiar empresas exportadoras de bens industriais e atuantes em setores relevantes ao comércio exterior brasileiro, para o enfrentamento dos impactos causados por questões geopolíticas e de instabilidade internacional, incluindo aquelas decorrentes da aplicação de percentuais majorados de tarifas comerciais.

BNDES Programa Mais Mobilidade – Lançado em maio de 2026, é destinado ao financiamento da aquisição de caminhões, implementos rodoviários, ônibus e micro-ônibus, com o objetivo de modernizar a frota e reduzir a emissão de gases de efeito estufa.

BNDES Programa Move Motoristas – Lançado em junho de 2026, voltado ao financiamento de veículos automotores novos por profissionais de transporte remunerado privado individual de passageiros, taxistas e cooperativas de taxistas.

- **CPR-F Barter:** Lançado em junho de 2026, a CPR-F Barter passou a integrar o portfólio de soluções voltadas ao agronegócio do Sicoob ES, viabilizando que o produtor rural adquira insumos, máquinas, equipamentos e serviços necessários à produção mediante pagamento com parte da safra futura. A operação é realizada em parceria com empresas e cooperativas do agronegócio credenciadas como Parceiros Barter, responsáveis pelo fornecimento desses bens e pela posterior aquisição da produção agropecuária vinculada à operação.

1.1.3 Perspectivas para 2026

Para 2026, a Cooperativa reforça sua estratégia de ampliação de soluções financeiras com foco em **liquidez, eficiência na concessão de crédito e mitigação de riscos**, priorizando instrumentos que aprimoram o acesso a capital de giro e fortalecem o atendimento às necessidades de empresas, especialmente MPEs e exportadores. Nesse contexto, destacam-se as seguintes frentes:

AntecipaGov

O AntecipaGov consolida-se como uma alternativa relevante para fornecedores da União, ao viabilizar a **antecipação de valores vinculados a contratos públicos (empenhos)**, convertendo créditos futuros em **capital de giro**. A plataforma integra fornecedores e instituições financeiras credenciadas, permitindo que a análise de risco utilize dados do próprio contrato, o que tende a **reduzir incertezas, acelerar a contratação e favorecer condições de custo potencialmente mais competitivas**, além de contribuir para melhora do fluxo de caixa das empresas atendidas.

Crédito Digital com Garantia do FAMPE

A Cooperativa deve intensificar, em 2026, a oferta de **crédito digital de capital de giro**, contratado diretamente pelo **aplicativo Sicoob**, com utilização da garantia do **FAMPE (Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas)**. Essa iniciativa fortalece a agenda de **digitalização e capilaridade**, ao facilitar o acesso ao crédito, reduzir fricções operacionais e ampliar o alcance junto ao público de micro e pequenas empresas, com reforço de garantia que contribui para a **melhoria do perfil de risco** das operações.

Radar de Recebíveis

A adoção de soluções tecnológicas como o “Radar de Recebíveis” reforça a governança e a assertividade nas operações lastreadas em recebíveis de cartão (vendas a prazo). Por meio de infraestrutura regulada e integrada (a exemplo de registradoras como a CERC), a Cooperativa ganha maior capacidade de **consulta, verificação e análise de recebíveis**, elevando a transparência, reduzindo assimetrias de informação e aprimorando a **precificação e a decisão de crédito**, com impactos positivos na mitigação de riscos e na eficiência das operações de antecipação.

Nota Comercial

A nota comercial é um título de crédito emitido de forma escritural pela cooperativa para captar recursos diretamente no mercado, sem intermediários. Funciona como um empréstimo de capital de giro de curto prazo e possui isenção de IOF.

Operações Compartilhadas

As Operações Compartilhadas representam um modelo de concessão conjunta de crédito entre cooperativas, permitindo que uma mesma operação seja financiada por duas ou mais cooperativas, cada uma assumindo uma parcela dos recursos, dos riscos e dos resultados, de forma proporcional à sua participação. Essa estrutura amplia a capacidade de atendimento às necessidades dos cooperados, viabiliza operações que poderiam exceder a capacidade individual de uma única cooperativa, fortalece a integração do Sistema e promove uma distribuição mais eficiente do risco de crédito e dos recursos disponíveis.

1.2.Tecnologia

Em conformidade com as transformações observadas no mercado financeiro e com as diretrizes estratégicas do Sistema Sicoob, o Centro Corporativo Sicoob manteve, em 2026, investimentos estruturantes em Tecnologia da Informação, direcionados ao fortalecimento da capacidade operacional, à eficiência dos processos e à ampliação dos canais de relacionamento com os cooperados. Tais investimentos contribuíram para a consolidação dos canais digitais como principal meio de interação no Sicoob ES, com impactos positivos em escala operacional, padronização dos serviços e racionalização de custos.

No exercício, observou-se a consolidação da **associação digital para pessoas físicas e microempreendedores individuais (MEIs)** como canal relevante de ingresso de novos cooperados. Encerramos junho de 2026 com uma proporção de **71% dos novos associados que ingressaram pelo aplicativo do Sicoob**. A manutenção desses indicadores reflete a aderência das soluções adotadas às necessidades operacionais dos cooperados.

A experiência digital é suportada por aplicativo institucional, que apresentou avaliações médias de **4,8 na Play Store e Apple Store**, conforme métricas públicas disponibilizadas pelas respectivas plataformas, indicando estabilidade e aceitabilidade das soluções tecnológicas ofertadas.

O Super App do Sicoob foi reconhecido como o melhor aplicativo do mercado financeiro na categoria Banking Anywhere, na edição 2025 do Prêmio Banking Transformation, divulgada no 1º semestre de 2026. Promovida pelo Cantarino Brasileiro, a premiação é uma das mais relevantes do setor financeiro nacional e reconhece iniciativas que se destacam pela inovação e pela transformação digital do mercado.

O atendimento por canais digitais apresentou desempenho consistente ao longo do período, com avaliação média de **4,4 (em escala de 5)** e tempo médio de resposta inferior a vinte e cinco minutos após o transbordo. Ajustamos **nosso horário de atendimento, das 7h30 às 19h30**, para atendimento aos cooperados no momento de maior concentração das demandas.

A **manutenção da isenção de tarifas para transações Pix de pessoas jurídicas**, aliada à evolução contínua das integrações de automação financeira (via arquivos ou APIs), continua impactando positivamente a quantidade de transações, apresentando um **aumento de 32% comparado ao mesmo período do ano anterior**.

Adicionalmente, verificou-se incremento relevante de 21% comparado ao mesmo período do ano anterior, na aderência de soluções de automação financeira pelos cooperados, por meio da integração de sistemas próprios às APIs do Sicoob para Pix, boletos, pagamentos, extratos e investimentos.

Além disso, observou-se um incremento significativo na utilização de soluções de automação financeira pelos cooperados, por meio da integração de sistemas próprios às APIs do Sicoob para emissão de Pix, boletos, pagamentos, extratos e investimentos. O volume de integrações apresentou crescimento de **111%**, evidenciando a ampliação do uso das infraestruturas tecnológicas disponibilizadas pelo Sistema e o avanço do processo de digitalização das operações.

1.3. Produto Poupança

A partir do segundo semestre de 2025, em conformidade com a **Resolução CMN nº 5.044/2022**, as cooperativas de crédito passaram a registrar, em seus próprios balanços patrimoniais, os saldos das **novas contas de poupança rural**, contribuindo para o fortalecimento da estrutura financeira e para a ampliação da capacidade de oferta de soluções voltadas ao público do agronegócio.

A evolução do produto também permitiu a **vinculação da poupança rural à conta corrente do cooperado**, habilitando **consulta e movimentação** diretamente pelo **Super App Sicoob** e pelo **Cartão Sicoobcard**. Adicionalmente, os recursos da poupança podem ser **transferidos para a conta corrente**, passando a usufruir das mesmas funcionalidades e limites transacionais — como **saques, transferências, pagamentos e operações via Pix** —, em geral mais elevados e passíveis de parametrização conforme o perfil do cooperado.

Com isso, o Sicoob amplia a conveniência e a eficiência na gestão financeira dos cooperados, oferecendo uma experiência mais integrada, com maior autonomia e fluidez no uso dos recursos.

Ao longo do período primeiro semestre de 2026, foram **criadas ou migradas 8.549 contas de poupança** para as cooperativas do **Sicoob ES**, totalizando **saldo de R\$ 608.477.415,60**, o que evidencia a expressiva adesão dos cooperados ao produto e reforça a relevância dessa evolução para a ampliação da base de captação e para o fortalecimento do relacionamento com o público atendido.

2. Sustentabilidade

Visando estruturar um ambiente de **sustentabilidade sistêmica**, que integre de forma consistente as dimensões **ambiental, social e de governança (ESG)** ao modelo de negócios do Sicoob, todas as organizações do Sistema vêm se mobilizando em torno do **Pacto pelo Desenvolvimento Sustentável**. Essa iniciativa fortalece a atuação cooperativista orientada à perenidade, à gestão responsável de riscos e à geração de valor compartilhado para associados e comunidades.

Para tornar claros aos cooperados e à sociedade os compromissos assumidos, o Sicoob mantém um **Plano de Sustentabilidade**, uma **Agenda** e um **Relatório de Sustentabilidade**, instrumentos alinhados ao planejamento estratégico e aderentes às diretrizes do **Banco Central do Brasil** relacionadas à **Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática**. Para mais informações, acesse: www.sicoob.com.br/sustentabilidade.

O primeiro semestre de 2026 foi marcado pelo fortalecimento da atuação do Sicoob ES em responsabilidade social corporativa, com iniciativas voltadas à promoção da cidadania e da sustentabilidade nas comunidades em que estamos presentes.

A educação permaneceu como prioridade estratégica dessa atuação, reafirmando nosso propósito de tornar o Sicoob ES uma instituição de referência em educação financeira e cooperativista nos municípios de nossa área de abrangência.

Ampliamos significativamente o alcance das iniciativas educacionais por meio de parcerias com 420 escolas de 60 municípios, que possibilitarão atender 61.889 estudantes do Ensino Fundamental I com o Programa Financinhas nas Escolas. Também estabelecemos parcerias com 226 escolas de 84 municípios para a realização do Concurso Cultural, com previsão de participação de 21 mil estudantes. Ao final das ações em andamento, estimamos alcançar diretamente mais de 80 mil alunos.

Reafirmamos, ainda, nosso compromisso com a promoção da cidadania financeira por meio da participação nas semanas estratégicas de educação financeira. Durante a Global Money Week, realizada entre 16 e 22/03/2026, atendemos 9.681 pessoas em 90 municípios. Na Semana Nacional de Educação Financeira — ENEF, ocorrida entre 18 e 24/05/2026, alcançamos 11.156 pessoas em 95 municípios.

Também avançamos na integração da educação financeira às operações realizadas com os cooperados. Para isso, implementamos um projeto que associa o atendimento consultivo de negócios à promoção do bem-estar financeiro, buscando orientar cada cooperado na escolha das soluções mais adequadas às suas necessidades. A iniciativa contribui para a prevenção da inadimplência, o uso consciente dos produtos e serviços financeiros e a ampliação da autonomia financeira dos associados. No primeiro semestre, aproximadamente 15 mil cooperados foram alcançados por campanhas estratégicas de educação financeira. Desse total, mais de 2 mil receberam orientação personalizada diretamente de nossos agentes de atendimento.

3. Nossa cooperativa

O Sicoob Sul-Serrano é uma cooperativa voltada para a prestação de serviços financeiros aos seus cooperados que além de contar com um portfólio completo de produtos e serviços, têm participação nos resultados financeiros e contribuem para o desenvolvimento socioeconômico de suas comunidades.

3.1 Classificação Fitch Ratings

Em **26 de agosto de 2025**, a agência de classificação de risco **Fitch Ratings** realizou a **elevação (upgrade)** do **Rating Nacional de Longo Prazo** do **Sicoob Sul-Serrano** para **AA+(bra)**. Na mesma data, a agência **reafirmou (affirmed)** o **Rating Nacional de Curto Prazo** em **F1+(bra)**.

Esse movimento reforça a percepção de **solidez e resiliência financeira** da Cooperativa, em linha com a consistência dos seus indicadores de **rentabilidade e capitalização**. Mesmo diante do **crescimento relevante dos ativos** e do volume de **investimentos realizados**, a Cooperativa manteve padrões robustos de sustentação patrimonial e desempenho.

Adicionalmente, o avanço do **plano de expansão geográfica** contribui para ampliar o potencial de **geração de receitas** e de **captação de cooperados** em segmentos diversificados, fortalecendo a base de negócios e a diversificação de resultados. Mais informações podem ser consultadas em fitchratings.com/site/brasil.

4. Política de Crédito

Nossa atuação dá-se principalmente por meio da concessão de empréstimos e captação de depósitos. Concessão essa que é realizada para cooperados após prévia análise, respeitando limites de alçadas pré-estabelecidos que devem ser observados e cumpridos. Realizamos, ainda, consultas cadastrais e análises através do “RATING” (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

Nossa política de classificação de risco de crédito está de acordo com a Resolução CMN nº 4.966/21, que entrou em vigor a partir de janeiro/2025. Essa resolução altera a forma como as instituições financeiras classificam, mensuram e reconhecem perdas esperadas em seus ativos financeiros, incluindo a provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD).

5. Governança Corporativa

A participação nas decisões é um valor que permeia nosso negócio, por isso cada cooperado e/ou delegado tem direito a voto nas assembleias. Entre as decisões, está a eleição do Conselho de Administração, que é responsável pelas decisões estratégicas.

Os atos da administração da cooperativa, bem como a validação de seus balancetes mensais e do balanço patrimonial anual, são realizados pelo Conselho Fiscal que é responsável por verificar esses assuntos de forma sistemática. Ele atua de forma complementar ao Conselho de Administração. Neste mesmo sentido, a gestão dos negócios da cooperativa no dia a dia é realizada pela Diretoria Executiva.

A cooperativa possui profissional(is) designado(s) na função de Agente de Controles Internos, supervisionado(s) diretamente pelo Diretor responsável pelo gerenciamento contínuo de riscos. O objetivo é acompanhar a aderência aos normativos vigentes, sejam eles internos e/ou sistêmicos (SICOOB CENTRAL ES e Sicoob Confederação), bem como aqueles oriundos da legislação vigente.

Os balanços da cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a cooperativa adota ferramentas de gestão como o Manual de Crédito, que foi aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela central.

Além do Estatuto Social, seguimos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Interno da Diretoria Executiva e o Regulamento Eleitoral.

A cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais. Além disso, os integrantes da nossa cooperativa estão em harmonia com o Pacto de Ética e de Conduta Profissional propostos pelo Sicoob Confederação.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar às filiadas e à sociedade a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição. Na estrutura da governança corporativa do Sicoob ES, o processo assemblear é um dos elementos centrais, e sua relevância é superior ao cumprimento da exigência legal, pois materializa o segundo princípio do cooperativismo: a Gestão Democrática, garantindo que os associados exerçam seu direito de participar das decisões estratégicas da cooperativa. A participação coletiva nas decisões é um valor que permeia nosso negócio, por isso cada cooperado e/ou delegado tem direito a voto nas assembleias. Entre as decisões, está a eleição do Conselho de Administração, que é responsável pelas decisões estratégicas, a apreciação da prestação e contas do exercício, o rateio das sobras e a remuneração a ser paga aos administradores. O ciclo assemblear em 2026 das cooperativas do Sicoob ES contou com mais de 48 eventos/encontros, que contou com a participação de mais de 61 mil associados, tornando-se como um dos mais robustos ciclos assembleares do Sicoob ES, consolidando o compromisso com a transparência e participação os cooperados.

6. Sistema de Ouvidoria

É um canal de comunicação com os nossos cooperados e integrantes das comunidades onde estamos presentes, em que são atendidas manifestações sobre nossos produtos.

No primeiro semestre de 2026, foram direcionadas 145 demandas sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela nossa cooperativa. Dessas, 52 foram classificadas como procedentes e com exceção de 3 ocorrências, todas foram resolvidas antes do prazo legal estabelecido, que é de 10 dias úteis, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente. As classificadas como improcedentes também foram respondidas dentro do prazo legal.

7. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito

O FGCoop é uma associação civil sem fins lucrativos criada para tornar as cooperativas financeiras tão competitivas quanto os bancos comerciais e proteger as pessoas que depositam sua confiança em cooperativas financeiras regulamentadas. Ele assegura que o cooperado receba seu dinheiro de volta nos casos de eventual intervenção ou liquidação da cooperativa financeira pelo Banco Central do Brasil, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais) por CPF ou CNPJ.

De acordo com o artigo 3º da Resolução CMN nº 4.933, de 29/7/2021, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

8. Demonstrações do Período

8.1 Resultado

Em Milhares R\$

Demonstração do Resultado do Período	Jan a Jun/2026	Jan a Jun/2025	Variação %
Resultado Bruto Da Intermediação Financeira	279.820	231.506	20,87
Provisões P/ Perdas Esperadas Assoc. Ao Risco De Crédito	82.929	60.794	36,41
Receita de recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	8.087	5.905	36,95
Receitas de Prestação de Serviços	57.003	52.426	8,73
Receitas com Ato Não Cooperativo	18.190	15.335	18,62
Despesas com Pessoal, Outras Despesas Administrativas e Operacionais	118.956	114.454	3,93
Despesas Tributárias	963	969	(0,62)
Outras Receitas Operacionais	33.141	27.499	20,52
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	113.796	111.421	2,13
Juros ao Capital	41.828	32.229	29,78
Resultado	160.940	132.435	21,52

Contribuíram para compor o resultado do primeiro semestre de 2026 as receitas de prestação de serviços, que registraram um crescimento de 8,73%.

O resultado do Sicoob Sul-Serrano no primeiro semestre de 2026 foi de R\$ 160.940 mil, o que representa um crescimento de 21,52% se comparado do mesmo período do anterior.

No primeiro semestre de 2026 ocorreu um aumento de 20,52% comparado ao mesmo período em 2025 na receita de Outras Receitas Operacionais.

O montante provisionado de remuneração do Juros ao Capital no primeiro semestre de 2026 foi de R\$ 41.828 mil, 29,78% superior ao mesmo período do ano anterior.

A Receita de Ingressos de Depósitos Intercooperativos aumentou 2,13% no primeiro semestre de 2026 quando comparado ao mesmo período de 2025.

8.2 Dados Patrimoniais

Diante dos resultados conquistados no primeiro semestre de 2026, o Sicoob Sul-Serrano encerrou o primeiro semestre com as seguintes posições em seu balanço patrimonial:

Balanço Patrimonial	Em Milhares R\$		
	Jan a Jun/2026	Jan a Jun/2025	Variação %
Ativos Totais	7.709.142	6.411.603	20,24
Centralização Financeira	1.766.714	1.690.031	4,54
Carteira de Crédito	4.773.703	4.061.227	17,54
Depósitos	5.516.958	4.464.376	23,58
Patrimônio Líquido	1.332.229	1.093.206	21,86
Patrimônio de Referência (PR)	1.239.920	1.105.479	12,16

Os destaques para o crescimento da Cooperativa no primeiro semestre de 2026 foram os ativos que registraram uma variação positiva de 20,24% em relação à 2025, demonstrando o caminho de crescimento de suas operações e serviços para os nossos cooperados.

A centralização financeira que são os valores que Cooperativa tem depositado na administração financeira realizada no Sicoob Central ES atingiram em 30/06/2026 o saldo de R\$ 1.766.714 mil, crescimento de 4,54% em relação a 30/06/2025. Também ao final do semestre a carteira de crédito atingiu a marca de R\$ 4.773.703 mil, registrando um crescimento de 17,54% em relação ao ano anterior.

Os depósitos obtiveram um aumento de 23,58% considerando o mesmo período de 2025, contabilizando o montante de R\$ 5.516.958 mil. Já o patrimônio líquido cresceu 21,86 % e atingiu o valor de R\$ 1.332.229 mil.

8.3 Carteira de crédito por produto e segregação de PF e PJ

Na tabela a seguir estão detalhados os valores da carteira de crédito por produto e perfil.

Carteira de Crédito	30/06/2026			30/06/2025			Variação	
	PF	PJ	Total	PF	PJ	Total	Valor total	% Total
Crédito Rural	447.217	119.324	566.541	304.170	127.245	431.415	135.125	31,32
Crédito Comercial	585.009	3.626.633	4.211.642	558.710	3.072.950	3.631.660	579.982	15,97
Total	1.032.226	3.745.957	4.778.183	862.880	3.200.195	4.063.075	715.107	17,60

Ressalta-se que o quadro acima não contempla a dedução do montante relativo à TJEO — Taxa de Juros Efetiva da Operação, instituída pela Resolução CMN nº 4.966/2021, no valor de (4.478) em 30/06/2026 e (1.848) mil em 30/06/2025. Assim, o saldo da carteira de crédito, líquido da referida dedução, totaliza R\$ 4.773.703 30/06/2026 e R\$ 4.061.227 em 30/06/2025.

8.4 Crédito e Captação Ampliada

Em 2026, o Sicoob Sul-Serrano apresentou crescimento expressivo nos principais indicadores financeiros, com destaque para o Crédito Ampliado Total e a Captação Ampliada Total.

O Crédito Ampliado Total cresceu 22,71%, passando de R\$ 4,7 bilhões para R\$ 5,8 bilhões. Esse indicador engloba tanto os créditos registrados nas operações de crédito no Balanço Contábil quanto as operações fora do Balanço Contábil, classificadas como “ampliadas”. Essas operações não são registradas diretamente na contabilidade da instituição, mas representam compromissos assumidos com terceiros e têm impacto relevante na análise da exposição ao risco e na capacidade de geração de receita.

Entre os produtos que compõem o crédito ampliado fora do Balanço Contábil e da Carteira de Crédito, destacam-se:

- **BNDES:** aumento de 68,76%, indicando maior intermediação de recursos de longo prazo para investimentos produtivos.
- **Crédito Imobiliário:** crescimento de 28,56%, impulsionado pela demanda por habitação.
- **Crédito de Câmbio:** também contribuiu para a expansão, com crescimentos de 342,71%.
- **FINEP:** crescimento de 1.787,04%, impulsionado pela demanda e ampliando a atuação em inovação e tecnologia.

Já a Captação Ampliada Total teve crescimento de 18,62%, passando de R\$ 5,5 bilhões para R\$ 6,5 bilhões. Assim como no crédito, esse indicador inclui tanto os recursos captados registrados no Balanço Contábil quanto aqueles fora, que representam fontes alternativas de funding.

Os principais produtos de captação ampliada fora do Balanço incluem:

- **LCA (Letra de Crédito do Agronegócio) de Intermediação:** crescimento de 176,46%, impulsionado pela demanda por agronegócios e esse tipo de investimento.
- **LCI (Letra de Crédito Imobiliário) de Intermediação:** crescimento de 451,15%, impulsionado pela demanda por habitação e esse tipo de investimentos
- **Previdência Privada (Mapfre PGBL e VGBL, Sicoob Previ, Sicoob VGBL):** apresentaram crescimento conjunto expressivo, com destaque para o VGBL, que cresceu 22,54%.

A diferença entre as taxas de crescimento — com o crédito ampliado crescendo em ritmo ligeiramente superior ao da captação — evidencia uma estratégia de expansão sustentada, com diversificação de produtos e fontes de recursos, mantendo a solidez financeira e a capacidade de atender à crescente demanda por crédito.

Em Milhares R\$			
Composição de Crédito e Captação Ampliada	30/06/2026	30/06/2025	%
Crédito Ampliado Total	5.820.259	4.742.940	22,71
Crédito	4.773.703	4.061.227	17,54
Outros Créditos	301.165	256.956	17,20
Crédito Ampliado	745.391	424.757	75,49
BNDES	651.241	385.898	68,76
Imobiliário	23.814	18.523	28,56
Crédito de Câmbio	27.488	6.209	342,71

Composição de Crédito e Captação Ampliada	Em Milhares R\$		
	30/06/2026	30/06/2025	%
Consignado Bancoob	13.731	12.584	9,11
FINEP	29.117	1.543	1.787,04
Captação Ampliada Total	6.531.238	5.506.027	18,62
Captação	5.772.630	4.704.149	22,71
Captação Ampliada	758.608	801.878	(5,40)
Dep. Poupança	428.325	649.482	(34,05)
LCA Intermediação	228.227	82.553	176,46
Mapfre Previ	48.952	44.460	10,10
Sic. Previ – VGBL	17.974	10.194	76,32
Sic. Previ – PGBL	13.955	11.347	22,98
LCI Intermediação	21.175	3.842	451,15

8.5. Distribuição de Resultados: compromisso com o Cooperado

Em maio de 2026, as cooperativas do Sicoob Sul-Serrano reafirmaram seu compromisso com a transparência e a valorização do cooperado ao distribuírem, a título de sobras, o montante de R\$ 75.355 mil, referente aos resultados alcançados em 2025. A devolução foi realizada a todos os cooperados, conforme deliberação nas Assembleia Geral Ordinárias (AGO) da cooperativa, evidenciando a solidez da gestão participativa e o retorno financeiro proporcional à movimentação de cada associado. Esse repasse reforça o modelo cooperativista, no qual os resultados são compartilhados com quem contribui para o desenvolvimento e o sucesso da cooperativa.

9. Pessoas

Concluímos o primeiro semestre de 2026 com 202.943 cooperados, crescimento de 13,29% em relação ao mesmo período do anterior. As pessoas e empresas estão encontrando no Sicoob Sul-Serrano produto e serviços de qualidade a custos justos, corroborando a eficácia do sistema de crédito cooperativo na inclusão financeira, redução da concentração bancária e do spread de crédito concedido pelas instituições financeiras brasileiras.

Guiado por uma cultura cooperativista fundamentada em princípios como respeito, valorização das pessoas, eficiência e liderança, o Sicoob Sul-Serrano adota uma abordagem genuinamente centrada nos colaboradores, reconhecendo-os como elemento essencial para a excelência operacional, a qualidade no atendimento aos cooperados e a disseminação consistente do modelo de negócio cooperativo.

Ao final do primeiro semestre de 2026, o Sicoob Sul-Serrano contava com 515 colaboradores, registrando um crescimento de 5% em relação ao exercício anterior. Esse avanço reflete não apenas a expansão das operações e o fortalecimento da estrutura organizacional, mas também o compromisso contínuo com a construção de um ambiente de trabalho que estimula o desenvolvimento, o engajamento e o protagonismo das pessoas.

As práticas adotadas ao longo de toda a jornada do colaborador, sustentadas por políticas e estratégias voltadas a promover um ambiente de trabalho saudável, inclusivo e estimulante, contribuíram para a consolidação de um clima organizacional de excelência. Como resultado desse compromisso, o Sicoob ES foi reconhecido em 2025 como uma das 175 Melhores Empresas para Trabalhar no Brasil pelo Great Place to Work (GPTW), a partir da avaliação realizada junto aos seus colaboradores. Além disso, a instituição recebeu o Selo Mental Health – três estrelas, certificação que destaca organizações comprometidas com a promoção da saúde mental de suas equipes.

10. Conselho Fiscal

Eleito na Assembleia Geral Ordinária, com mandato de dois anos, o Conselho Fiscal é um órgão independente da administração das cooperativas singulares. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática, como representantes dos interesses dos associados, os atos da administração, as atividades e operações da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

11. Código de Ética

O Sicoob Sul-Serrano reforça seu compromisso com a ética e a integridade por meio do seu Código de Ética, adotado por todos os membros das equipes e, ao ingressarem na cooperativa, os novos colaboradores formalizam seu compromisso com esses princípios. O Programa de Integridade, que inclui políticas e controles internos, assegura a conformidade com leis, regulamentações e valores éticos. O Código de Ética abrange questões fundamentais, como prevenção de fraudes, adaptando-se a práticas contemporâneas, como o home office. Este documento reflete o empenho do Sicoob em manter um ambiente harmonioso, transparente e ético em todas as interações e atividades da instituição.

12. Agradecimento

Os resultados econômicos, financeiros e sociais apurados ao longo do primeiro semestre refletem a confiança depositada pelos cooperados e a atuação consistente do Sicoob Sul-Serrano. Os avanços alcançados no período decorrem do esforço conjunto das lideranças, empregados, cooperados, parceiros e comunidades, que atuam de forma integrada na oferta de soluções financeiras equilibradas, acessíveis e alinhadas ao desenvolvimento regional. A condução responsável dos recursos reafirma o compromisso com a geração de valor compartilhada e com a aplicação consciente do capital.

Mais do que resultados, seguimos reafirmando nossa essência: o Sicoob Sul-Serrano faz bem. Faz bem para os cooperados, por meio de relações de proximidade e de soluções financeiras justas; faz bem para os negócios, ao apoiar empreendedores e produtores rurais no fortalecimento de suas atividades; e faz bem para as comunidades, por meio de iniciativas que promovem transformação social e desenvolvimento sustentável nas regiões onde estamos presentes.

Ao longo do semestre, a gestão manteve-se orientada pela transparência, pela solidez e pelo equilíbrio entre desempenho econômico-financeiro, responsabilidade social e valorização das pessoas. Essa atuação fortalece os vínculos institucionais e amplia o impacto positivo nas comunidades em que estamos inseridos.

Agradecemos a todos pela confiança depositada e pelo protagonismo na construção dos resultados apresentados, bem como pela contribuição para que 2026 se consolidasse como um ano relevante e promissor para o Sicoob ES. Reafirmamos o compromisso com uma atuação que vai além dos indicadores financeiros, promovendo relações justas, fortalecendo o desenvolvimento local e gerando prosperidade compartilhada, porque cooperar faz bem e o Sicoob faz bem para todos que caminham conosco. Renovamos, ainda, o convite para que sigam participando da construção de um futuro cada vez mais cooperativo, por meio da Comunidade Sicoob (www.comunidadesicoob.com.br).

Venda Nova do Imigrante/ES, 20 de julho de 2026.
Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

Balanço Patrimonial

(em milhares de Reais)

	Notas	30/06/2026	31/12/2025
ATIVO		7.709.142	7.121.048
DISPONIBILIDADES	4.	24.438	24.706
ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO		6.688.856	6.422.282
Relações Interfinanceiras	5.1.1	1.923.520	1.947.262
Operações de Crédito	6.1	4.773.703	4.493.796
Outros Créditos	6.2	301.165	271.559
Outros Ativos Financeiros	8.	31.311	34.074
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOC. AO RISCO DE CRÉDITO	6.3	(340.843)	(324.409)
ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		217.106	66.441
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.2	217.106	66.441
ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO		679.880	515.801
Títulos e Valores Mobiliários	5.3	679.880	515.801
ATIVOS FISCAIS, CORRENTES e DIFERIDOS	9.	6.987	5.710
OUTROS ATIVOS	10.	43.182	42.569
IMOBILIZADO DE USO	11.	96.211	87.219
INTANGÍVEL E ÁGIO	12.	1.086	1.125
(-) DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES		(48.604)	(44.805)
(-) Depreciação Acumulada de Ativo Imobilizado de Uso	11.	(47.612)	(43.805)
(-) Amortização Acumulada de Ativos Intangíveis	12.	(992)	(1.000)
TOTAL DO ATIVO		7.709.142	7.121.048
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		7.709.142	7.121.048
PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO		6.376.913	5.902.083
DEPÓSITOS	13.1	5.516.958	5.114.872
Depósitos à Vista		1.167.025	1.172.383
Depósito de Poupança		156.701	157.232
Depósitos Sob Aviso		7.800	7.563
Depósitos a Prazo		4.185.432	3.764.270
Outros Depósitos		-	13.424
OUTROS INSTRUMENTOS DE DÍVIDA		255.672	252.767
Recursos por Emissão de Letras	14.1	255.672	252.767
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		384.810	386.639
Outras Relações Interfinanceiras	15.1	-	7
Repasse Interfinanceiros	15.2	384.810	386.632
OUTROS PASSIVOS		169.788	106.811
Obrigações por Empréstimos e Repasses	16.1	25.600	25.600
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	16.2	1.385	2.117
Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas	16.3	3.720	7.567
Outras Obrigações	16.4	139.083	71.527
PROVISÕES	17.	49.685	40.994
Provisões e Outras Obrigações com Instrumentos Financeiros	17.1	26.741	23.127
Provisão para Pagamento a Efetuar	17.2	14.959	12.032
Provisão para Contingências	17.3	7.985	5.835
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.332.229	1.218.965
Capital Social	18.1	659.677	589.707
Reservas de Sobras	18.2	553.439	553.903
Sobras ou Perdas Acumuladas	18.3	119.113	75.355
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		7.709.142	7.121.048

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração de Sobras ou Perdas

(em milhares de Reais)

	Notas	30/06/2026	30/06/2025
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		588.084	473.889
Resultado de Operações de Crédito	21.1	426.633	341.687
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	21.2	29.073	17.079
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	21.3	18.582	3.702
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	5.1.2	113.796	111.421
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(308.264)	(242.383)
Operações de Captação no Mercado	13.3	(292.284)	(227.916)
Operações de Empréstimos e Repasses	22.	(15.980)	(14.467)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		279.820	231.506
PROVISÕES P/ PERDAS ESPERADAS ASSOC. AO RISCO DE CRÉDITO	23.	(82.929)	(60.794)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas de Operações de Crédito e Demais Operações com Características de Cons. de Crédito		(79.249)	(60.452)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas de Garantias Financeiras Prestadas e Outros Compromissos		(3.680)	(342)
RESULTADO LÍQUIDO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		196.891	170.712
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(29.775)	(35.498)
Receitas de Prestação de Serviços	24.	57.003	52.426
Despesas de Pessoal	25.	(35.235)	(30.154)
Outras Despesas Administrativas	26.	(45.181)	(45.834)
Despesas Tributárias	27.	(963)	(969)
Outras Despesas Operacionais	28.	(38.540)	(38.466)
Outras Receitas Operacionais	29.	33.141	27.499
PROVISÕES		(2.942)	255
Provisões/Reversões para Contingências	30.	(2.942)	255
RESULTADO OPERACIONAL		164.174	135.469
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	31.	393	528
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		164.567	135.997
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	16.4. II	(3.627)	(3.562)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		160.940	132.435

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente
(em milhares de Reais)

	30/06/2026	30/06/2025
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL	160.940	132.435
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	160.940	132.435

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
(em milhares de Reais)

	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	RESERVAS ESTATUTÁRIAS	OUTRAS RESERVAS	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
Saldos em 31/12/2025	597.887	(8.180)	545.575	-	8.328	75.355	1.218.965
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:							
Outras Destinações das Sobras do Exercício Anterior	-	-	-	-	-	(505)	(505)
Distribuição de sobras para associados	74.850	-	-	-	-	(74.850)	-
Outros Eventos/Reservas	-	-	(464)	-	-	-	(464)
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização	11.713	(1.375)	-	-	-	-	10.338
Por Devolução (-)	(15.125)	-	-	-	-	-	(15.125)
Estorno de Capital	(93)	-	-	-	-	-	(93)
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital	-	-	-	-	-	160.940	160.940
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:							
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	(41.827)	(41.827)
Saldos em 30/06/2026	669.232	(9.555)	545.111	-	8.328	119.113	1.332.229
Saldos em 31/12/2024	483.688	(4.149)	453.804	1.659	10.669	69.952	1.015.623
Adoção Inicial Resolução CMN 4966/21	-	-	-	-	-	(16.338)	(16.338)
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:							
Outras Destinações das Sobras do Exercício Anterior	-	-	-	-	-	(409)	(409)
Distribuição de sobras para associados	69.543	-	-	-	-	(69.543)	-
Outros Eventos/Reservas	-	-	(2)	-	-	-	(2)
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização	7.798	(773)	-	-	-	-	7.025
Por Devolução (-)	(12.819)	-	-	-	-	-	(12.819)
Estorno de Capital	(80)	-	-	-	-	-	(80)
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital	-	-	-	-	-	132.435	132.435
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:							
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	(32.229)	(32.229)
Saldos em 30/06/2025	548.130	(4.922)	453.802	1.659	10.669	83.868	1.093.206

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

(em milhares de Reais)

	30/06/2026	30/06/2025
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES	164.567	135.997
Distribuição de Sobras e Dividendos – Invest. Aval. Custo	(8.295)	(11.210)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	79.249	60.452
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas e Compromissos de Crédito a Liberar	3.680	342
Provisões/Reversões Não Operacionais	(224)	(494)
Provisões/Reversões para Contingências	2.942	(255)
(Ganho)/Perdas Por Baixas de Imobilizado	(21)	9
Depreciações e Amortizações	4.807	4.769
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO	246.705	189.610
(Aumento)/Redução em Ativos Operacionais		
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(150.162)	(3.701)
Relações Interfinanceiras	427	(151)
Operações de Crédito	(331.964)	(419.764)
Outros Ativos Financeiros	(37.600)	(18.593)
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	(1.277)	(2.351)
Outros Ativos	(389)	(1.244)
Aumento/(Redução) em Passivos Operacionais		
Depósitos à Vista	(5.359)	64.341
Depósitos sob Aviso	237	349
Depósitos a Prazo	421.162	(328.367)
Outros Depósitos	(13.955)	(21.831)
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	2.905	88.580
Relações Interfinanceiras	(1.829)	34.573
Outros Passivos Financeiros	(176)	(39)
Provisões	(591)	46.301
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	(4.113)	170
Outros Passivos	24.472	39.665
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS	148.493	(332.452)
Atividades de Investimentos		
Distribuição de Dividendos Recebidos – Invest. Aval. Custo	2.821	3.475
Distribuição de Sobras da Central Recebidos – Invest. Aval. Custo	5.474	7.735
Aquisição de Intangível	(9)	(20)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(9.932)	(3.264)
Aquisição de Investimentos	(33.013)	(8.217)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(34.659)	(291)
Atividades de Financiamentos		
Aumento por novos aportes de Capital	10.338	7.025
Devolução de Capital aos Cooperados	(15.125)	(12.819)
Estorno de Capital	(93)	(80)
Distribuição de Sobras Para Associados Pago	(505)	(409)
Outros Eventos/Reservas	(464)	(2)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(5.849)	(6.285)
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	107.985	(339.028)
Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa		
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período	2.171.123	2.373.796
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	2.279.108	2.034.768
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	107.985	(339.028)

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

(em milhares de Reais)

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO SUL-SERRANA DO ESPÍRITO SANTO – SICOOB SUL-SERRANO**, doravante denominado **SICOOB SUL-SERRANO**, é uma Cooperativa de Crédito Singular, instituição financeira não bancária, fundada em **06/11/1995**, filiada à **COOPERATIVA DE CRÉDITO CENTRAL DO ESPÍRITO SANTO – SICOOB CENTRAL ES** e componente do **Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – Sicoob**, em conjunto com outras Cooperativas Singulares e Centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a *Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias*; pela Lei nº 5.764/1971, que define a *Política Nacional do Cooperativismo* e institui o regime jurídico das sociedades Cooperativas; pela Lei Complementar nº 130/2009, alterada pela Lei Complementar nº 196/2022, que dispõe sobre o *Sistema Nacional de Crédito Cooperativo*; pela Resolução CMN nº 4.970/2021 e 5.051/2022, alterada pela Resolução CMN nº 5.131/2024, que dispõe sobre a constituição e o funcionamento de Cooperativas de Crédito e sobre os processos de autorização de funcionamento das instituições que especifica.

O SICOOB SUL-SERRANO, sediado à **AVENIDA ÂNGELO ALTOÉ, Nº 340, SÃO PEDRO, VENDA NOVA DO IMIGRANTE – ES**, possui: 44 Postos de Atendimento (PAs), nas seguintes localidades: BREJETUBA – ES, AFONSO CLÁUDIO – ES, MARECHAL FLORIANO – ES, IÚNA – ES, IBATIBA – ES, IRUPI – ES, CONCEIÇÃO DO CASTELO – ES, MUNIZ FREIRE – ES, VENDA NOVA DO IMIGRANTE – ES, DOMINGOS MARTINS – ES, CARIACICA – ES, IBITIRAMA – ES, VITÓRIA – ES, LARANJA DA TERRA – ES, DIVINO DE SÃO LOURENÇO – ES, e 1 Posto de Atendimento Digital.

O SICOOB SUL-SERRANO tem como atividade preponderante a operação na área creditícia e como finalidades:

- (i) Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) Formar educacionalmente seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, com a ajuda mútua da economia sistemática e o uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações, entre outras: captação de recursos; concessão de créditos; prestação de garantias; prestação de serviços; formalização de convênios com outras instituições financeiras; e aplicação de recursos no mercado financeiro, incluindo depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

1.1 Classificação de Risco Fitch Ratings

Em 26 de agosto de 2025, a agência de classificação de risco **Fitch Ratings** elevou (upgrade) o **Rating Nacional de Longo Prazo** do **Sicoob Sul-Serrano** para **AA+(bra)**, o que denota **baixa expectativa de risco de inadimplência**; na mesma data, reafirmou (affirmed) o **Rating Nacional de Curto Prazo** em **F1+(bra)**, que indica **alta qualidade de crédito no curto prazo**. A capacidade de pagamento de seus compromissos financeiros é considerada **forte**; contudo, pode ser **mais vulnerável** a condições adversas de negócios ou econômicas do que a observada em categorias de rating superiores. Segundo a escala de **Rating Nacional** da Fitch, essa classificação representa **alta qualidade de crédito**.

Esse movimento reforça a percepção de **solidez e resiliência financeira** do Sistema Sicoob ES, em linha com a consistência dos seus indicadores de **rentabilidade e capitalização**. Mesmo diante do **crescimento relevante dos ativos** e do volume de **investimentos realizados**, o Sistema manteve padrões robustos de sustentação patrimonial e desempenho.

Adicionalmente, o avanço do **plano de expansão geográfica** contribui para ampliar o potencial de **geração de receitas** e de **captação de cooperados** em segmentos diversificados, fortalecendo a base de negócios e a diversificação de resultados. Mais informações podem ser consultadas em:

Fonte: <<https://www.fitchratings.com/site/brasil>>.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando os normativos aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB). Sua apresentação segue os preceitos da Lei nº 6.404/1976, que dispõe sobre as sociedades por ações, com as alterações promovidas por legislações posteriores, notadamente a Lei nº 11.638/2007, que introduziu relevantes ajustes na estrutura das demonstrações financeiras individuais; a Lei nº 11.941/2009, que reforçou a transparência e a utilidade das informações financeiras; e a Lei nº 13.818/2019, que inovou quanto às exigências relativas à divulgação das demonstrações financeiras.

Adicionalmente, observaram-se as normas do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), os Pronunciamentos Contábeis homologados pelo BCB e a legislação aplicável às cooperativas de crédito — em especial as Leis n.º 4.595/1964 e n.º 5.764/1971, alteradas pelas Leis Complementares n.º 130/2009 e n.º 196/2022. Foram consideradas as diretrizes das Resoluções CMN n.º 4.818/2020 (e atualizações), n.º 5.185/2024 e n.º 4.924/2021 (alterada pela n.º 5.116/2024), além da Resolução BCB n.º 2/2020, atualizada pela n.º 367/2024. Destacam-se, ainda, as Resoluções CMN n.º 4.966/2021 (alterada pela n.º 5.244/2025) e BCB n.º 352/2023, que alinham a contabilidade de instrumentos financeiros ao padrão internacional IFRS 9 (CPC 48). Por fim, incluiu-se a adoção do CPC 06 (R2), conforme as Resoluções CMN n.º 4.975/2021 e n.º 5.101/2023, que estabelece novos critérios para operações de arrendamento mercantil a partir de 2025.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Cooperativa, e sua aprovação foi concedida em **20/07/2026**.

b) Convergência às normas internacionais de contabilidade

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, novas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BCB, naquilo que não confrontar com as normas por ele emitidas anteriormente, conforme a tabela a seguir apresenta:

Pronunciamentos CPC	Resolução CMN	NBCT TG
CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	Resolução CMN nº 4.924/2021	NBC TG Estrutura Conceitual
CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Resolução CMN nº 4.924/2021	NBC TG Estrutura Conceitual
CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa	Resolução CMN nº 4.818/2020	NBC TG 01
CPC 04 (R1) – Ativo Intangível	Resolução CMN nº 4.534/2016	NBC TG 03
CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas	Resolução CMN nº 4.818/2020	NBC TG 04
CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil	Resolução CMN nº 4.975/2021	NBC TG 05
CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações	Resolução CMN nº 3.989/2011	NBC TG 06
CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Resolução CMN nº 4.924/2021	NBC TG 10
CPC 24 – Evento Subsequente	Resolução CMN nº 4.818/2020	NBC TG 23

Pronunciamentos CPC	Resolução CMN	NBCT TG
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Resolução CMN nº 3.823/2009	NBC TG 24
CPC 27 – Ativo Imobilizado	Resolução CMN nº 4.535/2016	NBC TG 25
CPC 28 – Propriedade para investimento	Resolução CMN nº 4.967/2021	NBC TG 27
CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados	Resolução CMN nº 4.877/2020	NBC TG 28
CPC 41 – Resultado por Ação	Resolução CMN nº 4.818/2020	NBC TG 33
CPC 46 – Mensuração do Valor Justo	Resolução CMN nº 4.924/2021	NBC TG 41
CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente	Resolução CMN nº 4.924/2021	NBC TG 46

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BCB, quando aplicáveis à esta cooperativa, foram empregados em sua integridade na elaboração destas demonstrações financeiras. Os impactos de divulgação requeridos pelas Resoluções CMN n.º 4.966/2021, alterada pela Resolução CMN n.º 5.244/2025 e Resolução BCB n.º 352/2023 estão refletidos nas demonstrações deste período.

c) Moeda Funcional e apresentação

As demonstrações financeiras individuais são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Cooperativa. Exceto quando indicado de outra forma, as informações financeiras quantitativas são apresentadas em milhares de Reais.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

a) Mudanças em vigor

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em exercícios anteriores e atual, mas que entraram em vigor durante o período de 2026:

A **Resolução CMN n.º 4.966/2021** – Instrumentos Financeiros e normativos relacionados – estabelece a designação e reconhecimento contábil de hedge e o ajuste ao valor presente de instrumentos financeiros reestruturados, sendo efetivas a partir de 1º de janeiro de 2027. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

A **Resolução BCB n.º 513/2025**, dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis a serem observados pelas administradoras de consórcio, pelas instituições de pagamento, pelas sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários, pelas sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários e pelas sociedades corretoras de câmbio autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil na mensuração, no reconhecimento, na baixa e na evidenciação contábeis de ativos e de passivos de sustentabilidade e sobre a evidenciação em notas explicativas de informações adicionais relacionadas aos ativos e passivos de sustentabilidade a ser observada pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Esta Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2027.

A **Lei Complementar n.º 214/2025**, que regulamenta a **Emenda Constitucional n.º 132/2023**, instituiu a Reforma Tributária. Em decorrência da promulgação e do avanço do processo de regulamentação da Reforma Tributária sobre o consumo, que estabelece a substituição gradativa de tributos atuais por um sistema dual composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (“CBS”) e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (“IBS”), o Sicoob vem acompanhando as alterações normativas, seus atos infralegais e os respectivos efeitos potenciais sobre as operações, processos e sistemas da Cooperativa.

Considerando o estágio atual de implementação, o Sicoob vem conduzindo, para o próximo exercício, um plano de adequação voltado (i) à revisão de processos de faturamento e contratação com fornecedores, (ii) à avaliação de impactos

sobre o preço e a estrutura de custos dos serviços oferecidos, (iii) avaliação sobre eventuais necessidades de emissão de nota fiscal de serviço, (iv) mapeamento e classificação das operações para fins de apuração e escrituração em eventuais obrigações acessórias, e (v) à atualização de sistemas, cadastros fiscais e parametrizações para captura, conciliação e suporte à apuração de créditos e débitos, quando aplicável.

Entre os principais temas em avaliação, destacam-se:

- a) impactos nos serviços oferecidos, inclusive pela eventual necessidade de adequações contratuais para refletir a forma de destaque e repasse de CBS/IBS nas notas fiscais e documentos fiscais equivalentes;
- b) procedimentos de apuração e controle de créditos tributários, observadas as regras de não cumulatividade e os requisitos de documentação e escrituração;
- c) adequações operacionais e de compliance, envolvendo governança de dados fiscais, trilhas de auditoria, conciliações e controles internos; e
- d) potenciais efeitos sobre apresentação, notas explicativas e divulgações, na medida em que evoluam as definições regulatórias e as orientações de órgãos competentes.

Na data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, não foi possível mensurar com confiabilidade os efeitos financeiros líquidos da Reforma Tributária para o próximo exercício, uma vez que parte relevante do arcabouço regulatório e operacional ainda se encontra em fase de detalhamento e implementação, podendo sofrer alterações. O Sicoob seguirá acompanhando a evolução normativa e, quando aplicável, refletirá os impactos na mensuração, no reconhecimento e/ou na divulgação contábil de forma prospectiva, em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a regulamentação aplicável.

Por fim, a **Resolução CMN n.º 5.281/2026** estabelece os critérios a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil no reconhecimento, na mensuração e na evidência contábeis de ativos virtuais de que trata o art. 3º da Lei n.º 14.478, de 21 de dezembro de 2022. Esta Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2027.

2.2 Continuidade dos Negócios

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro. Dessa forma, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

3. Principais Políticas Materiais

3.1 Efeitos Tributários Cooperativas

Em decorrência da adoção da Resolução CMN n.º 4.966/2021, para as Cooperativas não há efeitos tributários a serem registrados dado que a Lei n.º 14.467/2022 não é aplicável.

Os critérios contábeis estabelecidos pela resolução foram aplicados de forma prospectiva e os efeitos dos ajustes decorrentes foram reconhecidos em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados em 1º de janeiro de 2025, líquidos dos respectivos efeitos tributários.

3.2 Operações de Crédito Cedidas

As cessões de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios passam a ter os seus resultados reconhecidos pelo prazo remanescente das operações. Os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

3.3 Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas do sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e os ingressos operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei n.º 5.764/1971, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as Cooperativas e seus associados, ou Cooperativas entre si, para o cumprimento de seus objetivos estatutários, e os atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

3.4 Estimativas Contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamentos, os quais são revisados no mínimo, anualmente. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para perdas associadas ao risco de crédito, as provisões para ajuste dos ativos não financeiros ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dessas estimativas e premissas em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

3.5 Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, a contar da data de aquisição. São utilizadas pelo Sicoob para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, de acordo com a Nota 4.

3.6 Instrumentos Financeiros

I. Classificação dos instrumentos financeiros

Conforme requerido pela norma, foram aprovadas pelos órgãos de governança, as Políticas de Modelos de Negócios aplicáveis a todas as entidades sistêmicas para administração dos ativos financeiros. As Cooperativas administram e classificam os ativos financeiros em um dos três modelos/categorias descritas a seguir:

Modelo de Negócio 1: Manter os ativos para recebimento de fluxos de caixa contratuais;

Custo Amortizado: o ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros.

Modelo de Negócio 2: Gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do Ativo Financeiro.

Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes: o ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda.

Modelo de Negócio 3: Outros modelos de negócios.

Valor Justo no Resultado: utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima.

A classificação em cada uma das categorias de mensuração depende da avaliação do modelo de negócios para cada ativo financeiro, bem como das características dos seus fluxos de caixa contratuais (Somente Pagamento de Principal e Juros – Teste SPPJ).

Para determinar o modelo de negócios, a Cooperativa avalia a estratégia de obtenção de resultados financeiros, ou seja, pelo:

- i) recebimento de fluxos de caixa de principal e juros;
- ii) pela venda, ou por;
- iii) ambos. Para isso, leva em consideração, entre outros, as seguintes evidências:
 - os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio;
 - como os gestores do negócio são remunerados;
 - e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.

A avaliação das características dos fluxos de caixa é feita por meio de aplicação do teste SPPJ a fim de avaliar se os fluxos de caixa contratuais constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito os fluxos de caixa devem incluir contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e risco de crédito. Se esse conceito não for atendido, o ativo financeiro é classificado ao Valor Justo por meio do Resultado.

II. Mensuração dos instrumentos financeiros

A mensuração dos ativos e passivos financeiros dependem da categoria de mensuração onde foram classificados, a saber:

Custo amortizado: os ativos e passivos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, acrescidos dos custos de transação. Subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, acrescidos das atualizações efetuadas utilizando a taxa efetiva de juros. Os ganhos dos ativos financeiros desta categoria são reconhecidos na rubrica “Receitas de juros”, enquanto as despesas de juros dos passivos financeiros são reconhecidas na rubrica “Despesas de juros”, ao longo do prazo do respectivo contrato.

Ao valor justo em outros resultados abrangentes: os ativos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos como despesa. Subsequentemente são

mensurados pelo valor justo, sendo os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo reconhecidos diretamente em rubrica específica do patrimônio líquido intitulada "Ajuste de avaliação patrimonial", até que o ativo financeiro seja baixado. Quando da realização de baixa do ativo, os ganhos ou perdas acumulados na rubrica específica do patrimônio líquido são transferidos para o resultado do período. Os juros de ativos financeiros classificados nesta categoria são reconhecidos no resultado do exercício na rubrica "Receitas de juros". Os juros desses ativos financeiros são calculados com base na aplicação do método da taxa efetiva de juros.

Ao valor justo por meio do resultado e designados ao valor justo no reconhecimento inicial: são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos como despesa. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo desses ativos e passivos financeiros são apresentados na demonstração do resultado na rubrica "Resultado líquido de juros", no período em que ocorrem.

III. Hierarquia de valor justo

Os instrumentos financeiros do Sicoob estão categorizados conforme hierarquia do valor justo, descritos a seguir:

Instrumentos Financeiros – Nível 1: O valor justo dos ativos financeiros é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço.

Instrumentos Financeiros – Nível 2: O valor justo dos ativos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para determinar o valor justo desse ativo puderem ser observadas no mercado, esse estará incluído no nível 2.

Instrumentos Financeiros – Nível 3: Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o ativo estará incluído no nível 3.

IV. Baixa dos instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa provenientes destes ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade do instrumento e tal transferência se qualifica para baixa.

Passivos financeiros são baixados se a obrigação for extinta contratualmente ou liquidada.

3.7 Derivativos

No período findo em 30 de junho de 2026, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

3.8 Método de Taxa Efetiva de Juros

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos e recebimentos futuros em caixa ao longo da vida esperada do ativo ou passivo financeiro (ou, se apropriado, um período inferior) até atingir-se o valor de registro do ativo ou passivo financeiro.

A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou passivo financeiro.

O cálculo da taxa efetiva de juros inclui os custos de transação identificados como elegíveis, como por exemplo:

- Receita com tarifas e taxas atreladas a concessão das operações;
- Despesa com empresas especializadas (análise documental, cobrança, serviços de vistorias e avaliações);
- Despesa com comissões e portabilidade de operações.

Os custos da transação são custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro. Conforme requisitos determinados pela Resolução BCB n.º 352/2023, a Cooperativa optou em utilizar a “metodologia diferenciada linear” para operações de crédito e com características de crédito.

O Sicoob, conforme estabelece a Resolução CMN n.º 4.966/2021, adotou de forma prospectiva a TJEO e passou a considerar os custos e receitas originados nas novas transações e que sejam qualificáveis para a aplicação da metodologia da taxa efetiva de juros para as novas operações, a partir de 1º de janeiro de 2025. Desta forma, estes custos e receitas foram incorporados aos saldos contábeis brutos das transações e reconhecidos no resultado.

3.9 Suspensão dos Juros (stop accrual)

De acordo com a Resolução CMN n.º 4.966/2021, a suspensão de juros de um contrato deve ocorrer quando o ativo for marcado com problemas de recuperação (caracterização do ativo problemático – Estágio 3), diferentemente do que estabelecia a Resolução CMN n.º 2.682/1999, cujo parâmetro para suspensão dos juros era apenas para as operações que apresentassem atrasos superiores a 59 (cinquenta e nove dias).

Dentre os critérios para marcação de ativo problemático, inclui-se operações com atraso superior a 90 (noventa) dias.

Conforme diretrizes constantes no Comunicado BCB n.º 42.403/2024, a Cooperativa adotou na carteira de crédito, o ajuste da posição de suspensão de juros (stop accrual) realizado nas operações em 31 de dezembro de 2024, mas que não atendam à condição de ativos problemáticos.

3.10 Provisão para Perdas

I. Visão Geral

A Cooperativa realiza a constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito pela Metodologia Completa, de acordo com os critérios da Resolução CMN n.º 4.966/2021 e Resolução BCB n.º 352/2023 para:

Aplicações interfinanceiras de liquidez;

Títulos e valores mobiliários;

Operações de créditos;

Outros ativos financeiros; e

Exposições “off-balance” (que gerem risco de crédito).

II. Estágios

A Cooperativa aplica a abordagem de três estágios para mensurar a perda de crédito esperada, na qual os ativos financeiros migram de um estágio para outro de acordo com as mudanças no risco de crédito.

Estágio 1: refere-se aos instrumentos financeiros sem aumento significativo do risco de crédito em relação à data da origem do crédito. Para esses casos, a probabilidade de default considerada no modelo de perda estimada é calculada para os próximos 12 meses apenas.

Estágio 2: refere-se aos instrumentos financeiros com aumento significativo do risco de crédito, mas que ainda não entraram em recuperação de crédito (sem default). Para esses casos, a probabilidade de default considerada no modelo é estimada para todo o prazo contratual do instrumento financeiro (lifetime).

Estágio 3: refere-se a instrumentos financeiros em recuperação de crédito (em default). Para esses casos, para fins de reconhecimento de perdas é reconhecido o maior valor de perda entre:

- A PE calculada com base nos dados observados estatísticos da Cooperativa; ou
- O piso de Estágio 3 determinado pela Resolução BCB n.º 352 de 2023 (anexo 1 da normativa – “Provisão para perdas incorridas aplicável aos ativos financeiros inadimplidos”).

III. Aumento significativo no risco de crédito

O conceito de risco de crédito da operação é baseado na probabilidade de default para sua vida toda. Originalmente quando a operação é concedida pela Cooperativa é registrada em estágio 1 e, posteriormente, a cada data base, a Cooperativa avalia se o ativo apresentou aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

Em caso positivo, esta operação deve passar a ser considerada em estágio 2, ou ainda se o ativo, além de apresentar aumento significativo no risco de crédito, demonstrar evidência objetiva de recuperação de crédito, será alocado em estágio 3. Por fim, se a operação, além de apresentar a evidência de recuperação de crédito, tiver estimativas insignificantes de recuperação, esta deve ser baixada para prejuízo.

As definições de aumento significativo e evidência de ativo problemático, são baseadas não apenas em aspectos qualitativos e prospectivos (projeções de modelos de probabilidade de default), mas também no atraso efetivo do ativo financeiro.

Os ativos que devem ser considerados como estágio 2 são aqueles com aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, tendo como premissa refutável o atraso em 30 dias (limitado a 60 dias).

Em estágio 3 devem ser todos os contratos que têm evidência de problema de recuperação de crédito. Essencialmente, a marcação de ativo problemático é dada quando um contrato atinge atraso de pagamento da dívida acima de 90 dias em atraso, marcação de reestruturação ou quando o cliente possui características que evidenciem dificuldade de pagamento como quando ele está em situação de recuperação judicial.

IV. Cálculo da perda esperada

O cálculo da perda esperada visa gerar a expectativa das perdas em crédito ao longo de um dado horizonte de tempo, e engloba a avaliação de três parâmetros:

Probabilidade de default – PD: A PD é a probabilidade futura de um ativo entrar em inadimplemento em uma janela de tempo determinada;

Perda dada ao default – LGD: A LGD é o percentual esperado de perda de um cliente dado o default. É um componente importante para a modelagem do risco de crédito da Cooperativa para que consiga através de modelos mensurar qual é a probabilidade esperada de perda dada a contratação/renovação de contratos e clientes, podendo estender análises específicas para os diferentes tipos de garantias, percentual de cobertura das garantias, entre outras informações do cliente.

Exposição ao default – EAD: É a exposição na data da inadimplência.

Adicionalmente, a Resolução CMN n.º 4.966/2021, determina que todos os modelos tenham inclusão de variáveis preditivas de fatores macroeconômicos para proporcionar uma visão do risco à exposição dos fatores exógenos, preparar e antecipar as instituições na avaliação de impactos em eventos extremos (cenários sob estresses). Em outras palavras, as variáveis forward looking funcionam como uma calibragem dos modelos sob efeitos macroeconômicos ou política de crédito.

3.11 Ativos Financeiro com Problema de Recuperação de Crédito

O ativo financeiro é caracterizado como “Ativo Problemático” quando:

- Ocorrer atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento de principal e encargos;
- Se houver algum indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais;
- Todas as operações enquadradas como reestruturadas;

É considerado reestruturação uma renegociação que implique a concessão de vantagens à contraparte em decorrência da deterioração da sua qualidade creditícia ou da qualidade creditícia do interveniente ou do instrumento mitigador.

Quando um instrumento financeiro é caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito, as operações de uma mesma contraparte ou de contrapartes conectadas, são arrastadas (na data-base do balancete relativo ao mês em que ocorreu a caracterização) para Estágio 3.

Poderá não ocorrer o efeito arrasto nas ocasiões em que a Instituição apresentar os seguintes critérios:

- Operações cujo gerenciamento do risco de crédito é realizado de forma massificada;
- Instrumento financeiro que, em virtude de sua natureza ou de sua finalidade, apresente risco de crédito significativamente inferior ao instrumento da mesma contraparte caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito.

A partir do momento da caracterização como ativo problemático, as receitas ainda não recebidas são suspensas, sendo apropriadas no resultado quando do seu efetivo recebimento.

Considera-se que o ativo financeiro deixará de ser classificado como problemático quando são observadas evidências de melhora na capacidade de pagamento da contraparte. Especificamente, considera-se que o ativo financeiro deixará de

ser classificado como problemático após a realização de pagamentos consecutivos, sem atrasos, até que seja atingido um percentual mínimo do saldo devedor, conforme critérios internos definidos com base nas diretrizes da Resolução CMN n.º 4.966/2021.

Essa reclassificação é condicionada à ausência de parcelas vencidas, ao cumprimento das obrigações contratuais e à evidência de que a obrigação será integralmente honrada nas condições originalmente pactuadas ou renegociadas, sem dependência da execução de garantias ou colaterais.

Os ativos financeiros são baixados do balanço patrimonial quando não há expectativa razoável de recuperação de seu valor, total ou parcial. Essa baixa decorre do reconhecimento de perdas esperadas associadas ao risco de crédito, conforme previsto no artigo 49 da Resolução CMN n.º 4.966/2021.

A avaliação da necessidade de baixa considera evidências objetivas de perda, incluindo, mas não se limitando a: inadimplência prolongada ou ausência de perspectivas de recuperação após esgotadas as medidas de cobrança e recuperação, inclusive aquelas envolvendo garantias e colaterais.

A instituição adota integralmente os critérios estabelecidos no § 4º do artigo 3º da Resolução CMN n.º 4.966/2021 para a reclassificação de ativos financeiros anteriormente identificados como com problema de recuperação de crédito.

Para que um ativo deixe de ser enquadrado nessa condição, devem ser atendidos, de forma cumulativa, os seguintes requisitos:

- Inexistência de parcelas vencidas, inclusive encargos;
- Manutenção de pagamentos pontuais do principal e encargos por período suficiente para evidenciar melhora significativa na capacidade financeira da contraparte;
- Cumprimento das demais obrigações contratuais pelo mesmo período;
- Existência de evidências de que a obrigação será integralmente honrada nas condições originalmente pactuadas ou renegociadas, sem a necessidade de execução de garantias ou colaterais.
- A aplicação desses critérios visa assegurar que a reclassificação reflita de forma fidedigna a real capacidade de recuperação do crédito pela instituição, em consonância com as melhores práticas.

3.12 Imobilizado de Uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.535, de 2016, as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

3.13 Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.534, de 2016, as amortizações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

3.14 Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras.

3.15 Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

3.16 Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

3.17 Provisões

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, e dos passivos contingentes são efetuados de acordo com a Resolução CMN n.º 3.823/2009, que determina a observância do Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), por parte das Instituições Financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

As Provisões são reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar essa obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para Demandas Judiciais são reconhecidas contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para a liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras, e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

As Obrigações Legais são aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou um outro instrumento fundamentado em lei, que a Cooperativa tem por diretriz.

3.18 Tributos

Em cumprimento ao artigo 87 da Lei n.º 5.764/1971, os rendimentos auferidos através de serviços prestados a não associados são submetidos à tributação dos impostos que lhes cabem, sendo eles, a depender da natureza do serviço, Imposto de Renda (IRPJ), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

O IRPJ e a CSLL têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do artigo 194 do Decreto n.º 9.580/2018 (RIR2018), nas alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10%, para o IRPJ e 15% para a CSLL. Ambas as alíquotas incidem sobre o lucro líquido, após os devidos ajustes e compensações de prejuízos.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas contribuem com o PIS à alíquota de 0,65% e COFINS à alíquota de 4%, incidentes sobre as receitas auferidas com não associados, após deduções legais previstas na legislação tributária.

As alíquotas dos impostos federais correspondem às regras fiscais determinadas pelo poder Legislativo para o Lucro Real, regime de tributação adotado pelas cooperativas do Sicoob.

O ISSQN é aplicado sobre as receitas auferidas com serviços específicos, sendo recolhido mediante a aplicação de alíquota definida pelo município sede do Ponto de Atendimento (PA) que tenha prestado o serviço à não associado.

O resultado apurado nas operações realizadas com associados não está sujeito à tributação, conforme o regime jurídico das sociedades Cooperativas.

3.19 Segregação em Circulante e Não Circulante

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses após a data-base do balanço estão classificados no curto prazo (circulante), e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante), apresentados por faixa de vencimento.

3.20 Valor Recuperável de Ativos – Impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo – exceto outros valores e bens – for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “impairment”, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

3.21 Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Como definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrentes de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com a tendência de não se repetir no futuro.

3.22 Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 30 de junho de 2026.

3.23 Operações de Arrendamento – Arrendatário

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de arrendamentos estão de acordo com os critérios definidos pelo CPC 06 – Arrendamentos, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.975/2021.

A Cooperativa atua como arrendatária de imóveis. Os contratos de arrendamento são reconhecidos como passivos financeiros pelo valor presente dos pagamentos futuros, descontados pela taxa média de captação (taxa incremental). Em contrapartida, é registrado um ativo de direito de uso correspondente. As despesas financeiras relacionadas aos arrendamentos são apropriadas ao resultado.

Conforme os itens 5 e 6 da norma de Isenção de Reconhecimento, é permitido à entidade reconhecer os pagamentos de arrendamento diretamente como despesa operacional linear no resultado do período. Essa isenção aplica-se a contratos de curto prazo e de baixo valor, desobrigando o registro do Ativo de Direito de Uso e do Passivo de Arrendamento.

O prazo do arrendamento considera o período não cancelável do contrato, as expectativas de renovação ou rescisão e o tempo estimado de uso do ativo.

3.24 Relações Interfinanceiras – Obrigações por Repasses Interfinanceiros

Compreendem os recursos captados com instituições parceiras, por intermédio da Cooperativa Central, destinados para repasses aos cooperados, estando atualizados pelos encargos contratados até a data do balanço.

3.25 Depósitos e Captações por Recursos Aceite e Emissão de Títulos

Os recursos provenientes de depósitos e captações estão demonstrados pelo valor captado, incluindo as atualizações incorridas, pro rata dia.

3.26 Ativos não Financeiros Mantidos para Venda – Recebidos

São os bens de propriedade da Cooperativa não utilizados no desempenho da atividade social, tais como veículos, imóveis e intangíveis, de acordo com os termos da Resolução CMN n.º 4.747/2019, recebidos para liquidação parcial ou total de operações de crédito de difícil ou duvidosa solução.

O método de mensuração e os procedimentos para ajuste anual do valor contábil são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, o qual foi aprovado pela Resolução CMN n.º 4.924/2021.

Para o reconhecimento dos ativos não financeiros mantidos para venda, considera-se a data de entrada desses ativos na Cooperativa. Assim, se o período em que os ativos não financeiros permanecem na Cooperativa ultrapassar um ano, eles são reclassificados para o grupamento contábil do ativo não circulante realizável a longo prazo.

4. Caixa e Equivalente de Caixa

Corresponde à saldo em caixa e depósitos bancários e Aplicações interfinanceiras de liquidez e Títulos e Valores Mobiliários de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de fechamento do balanço.

Descrição	30/06/2026			31/12/2025		
	Valor contábil bruto	Perda Esperada	Saldo Líquido	Valor contábil bruto	Perda Esperada	Saldo Líquido
Disponibilidades (a)	24.438	-	24.438	24.706	-	24.706
Caixa	24.316	-	24.316	24.430	-	24.430
Depósitos Bancários	122	-	122	276	-	276
Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira (b)	1.766.714	-	1.766.714	1.790.030	-	1.790.030
Centralização Financeira	1.766.714	-	1.766.714	1.790.030	-	1.790.030
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos (c)	487.452	-	487.452	356.387	-	356.387
Títulos e Valores Mobiliários	487.452	-	487.452	356.387	-	356.387
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez(c)	504	-	504	-	-	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	504	-	504	-	-	-
Saldo Caixa e Equivalente de Caixa	2.279.108	-	2.279.108	2.171.123	-	2.171.123

(a) Referem-se as operações com disponibilidade imediata ou cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

(b) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL ES conforme prescreve o art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15.

(c) Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

5. Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros são compostos por ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR).

5.1 Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são registrados em aplicações de depósitos interfinanceiros e em relações interfinanceiras, sendo representados, principalmente, por recursos transferidos à cooperativa central no âmbito da centralização financeira, por recursos provenientes de depósitos de poupança rural e por valores relacionados a correspondentes no País.

A centralização financeira decorre de ato cooperativo realizado entre as cooperativas filiadas e a cooperativa central, mediante a transferência das sobras de caixa das cooperativas filiadas.

As aplicações em depósitos interfinanceiros correspondem aos recursos aplicados em outras instituições financeiras, de acordo com a regulamentação específica aplicável às operações de depósitos interfinanceiros.

5.1.1 Relações Interfinanceiras

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Correspondentes no País (a)	105	-

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Centralização Financeira – Cooperativas (b)	1.766.714	1.790.030
Recursos de Depósitos de Poupança (c)	156.701	157.232
TOTAL	1.923.520	1.947.262

(a) Correspondentes no País: Compreende os valores relacionados às operações mantidas com correspondentes no País, conforme a função definida pelo COSIF. A conta registra os valores relacionados com seus correspondentes no País.

(b) Centralização Financeira – Cooperativas: Compreende os recursos transferidos pela cooperativa à cooperativa central em decorrência do ato cooperativo denominado centralização financeira. Conforme o COSIF, a rubrica registra, nas cooperativas filiadas, as transferências das sobras de tesouraria para as cooperativas centrais. O rendimento do período consta na nota 5.1.2.

(c) Recursos de Depósitos de Poupança: Compreende os recursos captados por meio de depósitos de poupança rural e posteriormente transferidos para bancos cooperativos, confederações ou cooperativas centrais, conforme previsto para essa rubrica no COSIF.

5.1.2 Ingressos de Depósitos Intercooperativos

As receitas recebidas dessa transação da centralização financeira resultaram no montante descrito conforme quadro abaixo

Descrição	30/06/2026	30/06/2025
Ingressos De Depósitos Intercooperativos	113.796	111.421
TOTAL	113.796	111.421

5.2 Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes

Abaixo, composição dos ativos financeiros mensurados ao valor justo em outros resultados abrangentes:

Descrição	30/06/2026			31/12/2025		
	Valor contábil	Perda Esperada	Saldo Líquido	Valor contábil	Perda Esperada	Saldo Líquido
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez – VJORA	217.106	-	217.106	66.441	-	66.441
Demais Aplicações em depósitos Interfinanceiros	217.106	-	217.106	66.441	-	66.441

Aplicação de garantia junto ao Banco Sicoob concessão de financiamentos a Cooperados.

5.2.1 Composição dos Ativos Financeiros por Faixa de Vencimento – VJORA

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	30/06/2026	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	31/12/2025
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	503	146.150	70.453	217.106	-	471	65.970	66.441

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	30/06/2026	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	31/12/2025
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	503	146.150	70.453	217.106	-	471	65.970	66.441
Total	503	146.150	70.453	217.106	-	471	65.970	66.441

5.3 Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado

Abaixo, composição dos ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:

Descrição	30/06/2026			31/12/2025		
	Valor contábil	Perda Esperada	Saldo Líquido	Valor contábil	Perda Esperada	Saldo Líquido
Títulos e Valores Mobiliários – VJR	679.880	-	679.880	515.801	-	515.801
Cotas de Fundo	487.452	-	487.452	356.387	-	356.387
Participações de Cooperativas (i)	192.428	-	192.428	159.414	-	159.414

Os ativos financeiros demonstrados na tabela acima, estão classificados a valor justo por meio do resultado em decorrência de falharem no teste de SPPJ.

(i) Referem-se a saldos de participações de cooperativas em entidades avaliadas pelo custo de aquisição que compõe o saldo do grupo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM), conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.817/2020 e na Instrução Normativa BCB nº 269 de 01/04/2022.

Na Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC a apresentação das variações desses ativos foi mantida no fluxo das “Atividades de Investimento”, tendo em vista que a reclassificação realizada pelo Banco central do Brasil não alterou a essência dessas participações, que permanecem sendo ativos de longo prazo conforme item 16.a do CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

5.3.1 Composição dos Ativos Financeiros por Faixa de Vencimento – VJR

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	30/06/2026	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	31/12/2025
Títulos e Valores Mobiliários	487.452	-	-	487.452	356.387	-	-	356.387
Títulos e Valores Mobiliários	487.452	-	-	487.452	356.387	-	-	356.387
Participações de Cooperativas	-	-	192.428	192.428	-	-	159.414	159.414
Participação Em Cooperativa Central De Crédito – Sicoob Central ES (I)	-	-	148.960	148.960	-	-	124.645	124.645
Participação Em Instituição Financeira Controlada Por Cooperativa De Crédito – Banco Sicoob (II)	-	-	43.468	43.468	-	-	34.769	34.769
TOTAL	487.452	-	192.428	679.880	356.387	-	159.414	515.801

(I) A participação junto ao Sicoob Central ES gerou o montante de sobras no primeiro semestre de 2026 no valor de R\$ 5.474 mil. (No mesmo período de 2025 – R\$ 7.735 mil).

(II) A participação junto ao Banco Sicoob gerou o montante de dividendos no primeiro semestre de 2026 no valor de R\$ 2.821 mil. (No mesmo período de 2025 – R\$ 3.475 mil).

6. Operações de Crédito e Outras Operações com Características de Concessão de Crédito

6.1. Composição da Carteira de Operações de Crédito Mensurados ao Custo Amortizado

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	Circulante	Não Circulante	Total 30/06/2026	Circulante	Não Circulante	Total 31/12/2025
Adiantamento a Depositante	2.070	-	2.070	1.429	-	1.429
Empréstimos/Cheque Especial	1.374.912	2.106.169	3.481.081	1.116.469	2.053.559	3.170.028
Títulos Descontados	95.898	-	95.898	99.507	-	99.507
Financiamentos	209.898	418.215	628.113	158.421	543.039	701.460
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	293.800	272.741	566.541	232.198	289.174	521.372
Total das Operações Crédito	1.976.578	2.797.125	4.773.703	1.608.024	2.885.772	4.493.796

b) Composição por tipo de operação e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 4.966/2021:

Carteira	Curso da Operação	Adiantamento a Dep	Empréstimos/Ch. Especial	Direitos Creditórios Descontados	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Saldo 30/06/2026	Provisões 30/06/2026	Saldo 31/12/2025	Provisões 31/12/2025
C1	Não Problemáticos	-	1.044.231	-	90.649	53.765	1.188.645	(13.741)	1.045.394	(5.019)
C1	Problemáticos Adimplidos	-	30.155	-	902	1.635	32.692	(12.592)	52.170	(22.922)
C1	Problemáticos Inadimplidos	-	33.236	-	199	139	33.574	(22.257)	4.500	(3.701)
C2	Não Problemáticos	-	599.618	-	352.953	110.808	1.063.379	(30.420)	1.003.807	(30.480)
C2	Problemáticos Adimplidos	-	49.531	-	5.868	1.474	56.873	(33.408)	45.929	(31.513)
C2	Problemáticos Inadimplidos	-	46.832	-	12.972	458	60.262	(46.018)	49.804	(41.533)
C3	Não Problemáticos	-	1.379.213	91.738	157.741	385.294	2.013.986	(48.308)	2.001.159	(62.228)
C3	Problemáticos Adimplidos	-	45.422	1.102	4.303	3.156	53.983	(35.712)	51.408	(35.077)
C3	Problemáticos Inadimplidos	-	35.752	3.058	2.511	691	42.012	(35.676)	37.412	(33.289)
C4	Não Problemáticos	-	24.139	-	-	6.620	30.759	(975)	18.358	(812)
C4	Problemáticos Adimplidos	-	421	-	-	-	421	(356)	472	(399)
C4	Problemáticos Inadimplidos	-	2.565	-	-	-	2.565	(2.213)	2.560	(2.243)
C5	Não Problemáticos	993	156.773	-	15	2.501	160.282	(4.679)	149.720	(4.638)
C5	Problemáticos Adimplidos	109	10.829	-	-	-	10.938	(6.950)	11.712	(7.807)
C5	Problemáticos Inadimplidos	968	22.364	-	-	-	23.332	(19.494)	19.391	(16.390)
Não Problemáticos		993	3.203.974	91.738	601.358	558.988	4.457.051	(98.123)	4.218.438	(103.177)
Problemáticos Adimplidos		109	136.358	1.102	11.073	6.265	154.907	(89.018)	161.691	(97.718)
Problemáticos Inadimplidos		968	140.749	3.058	15.682	1.288	161.745	(125.658)	113.667	(97.156)
Total Operações de Crédito		2.070	3.481.081	95.898	628.113	566.541	4.773.703	(312.799)	4.493.796	(298.051)

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (diário):

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Adiantamento a depositante	2.070	-	-	2.070
Cheque Especial/Conta garantida	55.637	-	-	55.637
Empréstimos	480.953	838.322	2.106.169	3.425.444
Títulos Descontados	87.987	7.911	-	95.898

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Financiamentos	57.485	152.413	418.215	628.113
Financiamentos Rurais	104.044	189.756	272.741	566.541
TOTAL	788.176	1.188.402	2.797.125	4.773.703

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	30/06/2026	% da Carteira
Setor Privado – Comércio	632.620	38.904	68.247	739.771	15%
Setor Privado – Indústria	39.565	13.853	18.680	72.098	1%
Setor Privado – Serviços	2.489.966	386.803	26.006	2.902.775	61%
Pessoa Física	397.188	187.821	447.217	1.032.226	22%
Outros	22.986	1.936	6.391	31.313	1%
TOTAL	3.582.325	629.317	566.541	4.778.183	100%

De acordo com a Resolução CMN n.º 4.966/2021, foi implementada de forma prospectiva a TJEO, passando a incluir os custos e receitas gerados pelas novas transações que atendem aos critérios para aplicação da metodologia da taxa efetiva de juros, a partir de 1º de janeiro de 2025. Assim, esses custos e receitas foram adicionados aos saldos contábeis brutos das transações e registrados no resultado que totalizaram R\$ 4.480 mil.

e) Concentração dos Principais Devedores

Descrição	30/06/2026	% Carteira Total	31/12/2025	% Carteira Total
Maior Devedor	151.080	3%	145.640	3%
10 Maiores Devedores	864.787	16%	841.459	18%
50 Maiores Devedores	1.878.454	35%	1.794.891	38%

Compõe o saldo da concentração de devedores as operações de crédito e as operações de outros créditos. Não estão contemplados no saldo os valores de encargos financeiros gerados pela utilização de limites de cheque especial.

f) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Saldo inicial	273.944	210.542
Valor das operações transferidas no período	62.502	81.140
Valor das operações recuperadas no período	(8.087)	(14.609)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(825)	(3.129)
TOTAL	327.534	273.944

g) Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito:

Curso da Operação	Adiantamento a Depositantes/ Cheque Especial	Empréstimos	Direitos Creditórios Descontados	Financiamentos	Financiament os Rurais	30/06/2026	Saldo 31/12/2025
Não Problemáticos	(182)	(80.774)	(385)	(13.089)	(3.693)	(98.123)	(103.177)
Problemáticos Adimplidos	(55)	(80.098)	(430)	(5.654)	(2.781)	(89.018)	(97.718)
Problemáticos Inadimplidos	(748)	(111.680)	(2.002)	(10.431)	(797)	(125.658)	(97.156)
Total Provisão	(985)	(272.552)	(2.817)	(29.174)	(7.271)	(312.799)	(298.051)

As despesas com provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são reconhecidas em resultado, em contrapartida às respectivas provisões, de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/2021 e regulamentações aplicáveis. A mensuração da perda esperada considera, entre outros fatores, a classificação das operações nos respectivos estágios, a evolução do risco de crédito, as características das operações e as expectativas de recuperação dos créditos. Os valores das provisões são reavaliados, no mínimo, mensalmente, refletindo as alterações nas estimativas de perda esperada e nos estágios das operações, inclusive em decorrência da evolução da carteira, das amortizações, liquidações, renegociações e da concessão de novas operações de crédito.

6.2 Outras Operações com Características de Concessão de Crédito – Custo Amortizado.

a) Composição da carteira de Outras Operações com Características de Concessão de Crédito por modalidade:

Descrição	Circulante	Não Circulante	Total 30/06/2026	Circulante	Não Circulante	Total 31/12/2025
Créditos por Avais e Fianças Honrados	27.720	5	27.725	27.143	8	27.151
CPRF – Cédula de Produto Rural	5.161	12.921	18.082	5.025	13.324	18.349
Devedores por Compra de Valores e Bens	68.398	186.960	255.358	60.282	165.777	226.059
Total das Outras Operações de Crédito	101.279	199.886	301.165	92.450	179.109	271.559

O saldo de Avais e Fianças Honrados é composto, substancialmente, por operações oriundas de cartões de crédito vencidas de associados da cooperativa cedidos pelo Banco Sicoob, em virtude de coobrigação contratual.

Em Devedores por Compra de Valores e Bens estão registrados os saldos a receber de terceiros pela venda a prazo de bens próprios da Cooperativa ou de Ativos não Financeiros Mantidos para Venda – Recebidos;

Para empresas que atuam no beneficiamento e na primeira industrialização de produtos rurais, foi lançada a Linha de Crédito CPRF – PJ, que conta com isenção de IOF e tem como finalidade antecipar o faturamento de pessoas jurídicas desse segmento.

b) Composição por tipo de operação e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 4.966/2021:

Carteira	Curso da Operação	Avais e Fianças Honrados	Devedores Por Compra De Valores E Bens	CPR – Cédula De Produto Rural	Saldo 30/06/2026	Provisões 30/06/2026	Saldo 31/12/2025	Provisões 31/12/2025
C1	Não Problemáticos	-	10.267	99.638	109.905	(503)	96.128	(212)
C1	Problemáticos Adimplidos	-	-	912	912	(323)	2.824	(1.512)
C1	Problemáticos Inadimplidos	-	2.053	244	2.297	(1.375)	-	-
C2	Não Problemáticos	-	2.920	23.105	26.025	(501)	17.106	(193)
C2	Problemáticos Adimplidos	-	6	414	420	(181)	56	(24)
C2	Problemáticos Inadimplidos	-	1	829	830	(429)	158	(113)
C3	Não Problemáticos	-	5	120.882	120.887	(1.028)	118.119	(1.052)
C3	Problemáticos Adimplidos	-	-	2.056	2.056	(886)	2.478	(1.089)
C3	Problemáticos Inadimplidos	-	753	819	1.572	(997)	450	(386)
C4	Não Problemáticos	-	-	6.459	6.459	(21)	6.716	(12)
C4	Problemáticos Adimplidos	-	-	-	-	-	-	-

Carteira	Curso da Operação	Avais e Fianças Honrados	Devedores Por Compra De Valores E Bens	CPR – Cédula De Produto Rural	Saldo 30/06/2026	Provisões 30/06/2026	Saldo 31/12/2025	Provisões 31/12/2025
C4	Problemáticos Inadimplidos	-	-	-	-	-	-	-
C5	Não Problemáticos	-	1.936	-	1.936	(15)	373	(42)
C5	Problemáticos Adimplidos	6.689	-	-	6.689	(4.314)	7.170	(4.725)
C5	Problemáticos Inadimplidos	21.036	141	-	21.177	(17.471)	19.981	(16.998)
Não Problemáticos		-	15.128	250.084	265.212	(2.068)	238.442	(1.511)
Problemáticos Adimplidos		6.689	6	3.382	10.077	(5.704)	12.528	(7.350)
Problemáticos Inadimplidos		21.036	2.948	1.892	25.876	(20.272)	20.589	(17.497)
Total – Outras Operações com Caract. de Concessão de Crédito – CA		27.725	18.082	255.358	301.165	(28.044)	271.559	(26.358)

c) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outras Operações com Características de Concessão de Crédito, por tipo de operação e classificação de nível de risco:

Curso da Operação	Avais e Fianças Honrados	Devedores Por Compra De Valores E Bens	CPR – Cédula De Produto Rural	30/06/2026	31/12/2025
Não Problemáticos	-	(117)	(1.951)	(2.068)	(1.511)
Problemáticos Adimplidos	(4.313)	(3)	(1.388)	(5.704)	(7.350)
Problemáticos Inadimplidos	(17.374)	(1.731)	(1.167)	(20.272)	(17.497)
Total Geral – Provisões	(21.687)	(1.851)	(4.506)	(28.044)	(26.358)

As despesas com provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito das Outras Operações com Características de Concessão de Crédito são reconhecidas no resultado, conforme os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/2021 e regulamentações aplicáveis. A mensuração considera o estágio de risco de crédito, as características das operações e as expectativas de perda e recuperação, sendo os respectivos valores reavaliados periodicamente, em função das alterações nas estimativas de perda esperada e na composição da carteira.

6.3 Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito:

As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são constituídas e reconhecidas no resultado de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional de 25 de novembro de 2021 e regulamentações aplicáveis. A mensuração considera o estágio em que os instrumentos financeiros estão classificados, a evolução do risco de crédito e as expectativas de perda e recuperação, sendo os respectivos valores reavaliados periodicamente em função das alterações nas estimativas de perda esperada e na composição da carteira.

Descrição	30/06/2026				31/12/2025			
Curso da Operação	Não Problemáticos	Problemáticos Adimplidos	Problemáticos Inadimplidos	Total Provisão	Não Problemáticos	Problemáticos Adimplidos	Problemáticos Inadimplidos	Total Provisão
Provisão OPERAÇÕES DE CRÉDITO								
Adiantamento a Depositantes/ Cheque Especial	(182)	(55)	(748)	(985)	(26)	(40)	(1.032)	(1.098)
Empréstimos	(80.774)	(80.098)	(111.680)	(272.552)	(82.545)	(90.938)	(82.359)	(255.842)

Demonstrações Financeiras Individuais | 1º Semestre 2026Cooperativa de Crédito Sul-Serrana do Espírito Santo – Sicoob Sul-Serrano
00.815.319/0001-75

Descrição	30/06/2026				31/12/2025			
Curso da Operação	Não Problemáticos	Problemáticos Adimplidos	Problemáticos Inadimplidos	Total Provisão	Não Problemáticos	Problemáticos Adimplidos	Problemáticos Inadimplidos	Total Provisão
Direitos Creditórios Descontados	(385)	(430)	(2.002)	(2.817)	(405)	(381)	(4.071)	(4.857)
Financiamentos	(13.089)	(5.654)	(10.431)	(29.174)	(17.038)	(4.413)	(8.892)	(30.343)
Financiamentos Rurais	(3.693)	(2.781)	(797)	(7.271)	(3.163)	(1.946)	(802)	(5.911)
TOTAL PROV. OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(98.123)	(89.018)	(125.658)	(312.799)	(103.177)	(97.718)	(97.156)	(298.051)
					-	-	-	-
Provisão OUTRAS OPERAÇÕES COM CARACT. DE CONCESSÃO DE CRÉDITO								
Avais e Fianças Honrados	-	(4.313)	(17.374)	(21.687)	-	(4.724)	(16.998)	(21.722)
Devedores Por Compra De Valores E Bens	(117)	(3)	(1.731)	(1.851)	(151)	(1.535)	(1)	(1.687)
CPR – Cédula De Produto Rural	(1.951)	(1.388)	(1.167)	(4.506)	(1.360)	(1.091)	(498)	(2.949)
TOTAL PROV. OUTRAS OPERAÇÕES COM CARACT. DE CONCESSÃO DE CRÉDITO	(2.068)	(5.704)	(20.272)	(28.044)	(1.511)	(7.350)	(17.497)	(26.358)
(-) TOTAL PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOC. AO RISCO DE CRÉDITO	(100.191)	(94.722)	(145.930)	(340.843)	(104.688)	(105.068)	(114.653)	(324.409)

As informações apresentadas nesta Nota 6 contemplam a composição e as características das Operações de Crédito e Outras Operações com Características de Concessão de Crédito da Cooperativa, incluindo os respectivos saldos de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, constituídos de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/2021 e demais regulamentações aplicáveis.

A classificação das operações nos respectivos estágios de risco de crédito e os critérios de mensuração das perdas esperadas associadas ao risco de crédito são detalhadas na Nota 7 – Classificação das Operações por Estágio.

7. Classificação das Operações por Estágio

A Cooperativa adota a metodologia de três estágios para a classificação das operações de crédito e para a mensuração das perdas de crédito esperadas, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966/2021 e regulamentações aplicáveis. A classificação é reavaliada em cada data-base, considerando a evolução do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, bem como aspectos quantitativos, qualitativos, prospectivos e o comportamento de pagamento.

As operações são classificadas no Estágio 1 enquanto não apresentarem aumento significativo do risco de crédito. Quando identificado aumento significativo, as operações são transferidas para o Estágio 2, tendo como premissa o atraso de 30 dias, limitado a 60 dias. Já o Estágio 3 compreende as operações com evidência de problema de recuperação de crédito, incluindo, entre outros, atrasos superiores a 90 dias, reestruturações ou situações que indiquem dificuldade financeira do tomador. A classificação por estágio determina, ainda, os critérios aplicáveis à mensuração das perdas de crédito esperadas, observados os requisitos da Resolução CMN nº 4.966/2021 e, para as operações em Estágio 3, o piso estabelecido pela Resolução BCB nº 352/2023. Os critérios e as políticas contábeis aplicáveis estão detalhados na Nota 3 – Principais Políticas Materiais, itens 3.8, 3.9, 3.10 e 3.11.

7.1) Operações de crédito, Outras Operações com Características de Concessão de Crédito e Garantias Prestadas

Descrição	30/06/2026				31/12/2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	TOTAL	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	TOTAL
Operações de Crédito								
Adiantamentos a Depositantes	443	550	1.077	2.070	-	105	1.324	1429
Direitos Creditórios Descontados	87.559	4.180	4.159	95.898	91.940	1.836	5.731	99.507
Empréstimos	3.130.072	73.901	277.108	3.481.081	2.854.154	71.838	244.036	3.170.028
Financiamentos	583.424	17.934	26.755	628.113	665.312	16.893	19.255	701.460
Financiamentos Rurais	549.609	9.379	7.553	566.541	511.229	5.133	5.010	521.372
Total - Operações de Crédito	4.351.107	105.944	316.652	4.773.703	4.122.635	95.805	275.356	4.493.796
Outros Créditos								
Outras Operações com Característica de Concessão de Crédito	14.692	436	30.679	45.807	14.991	530	29.979	45.500
Títulos com Característica de Concessão de Crédito - CPRF	228.230	21.855	5.273	255.358	217.878	5.043	3.138	226.059
Total- Outros Créditos	242.922	22291	35.952	301.165	232.869	5.573	33.117	271.559
Garantias Financeiras Prestadas								
Garantias Financeiras Prestadas	1.026.527	16.032	17.804	1.060.363	869.881	10.400	14.011	894.292
Total- Garantias Financeiras Prestadas	1.026.527	16.032	17.804	1.060.363	869.881	10.400	14.011	894.292
TOTAL	5.620.556	144.267	370.408	6.135.231	5.225.385	111.778	322.484	5.659.647

7.2) Movimentação em Estágios das Operação da Carteira Bruta

Descrição	30/06/2026				31/12/2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	TOTAL	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	TOTAL
Saldo Inicial	5.225.385	111.778	322.484	5.659.647	3.954.935	362.545	237.421	4.554.901
(-) Transferido para Estágio 1	(3.873.239)	(12.431)	(1.793)	(3.887.463)	(2.490.940)	(223.110)	(3.209)	(2.717.259)
(-) Transferido para Estágio 2	(86.085)	(33.280)	(5.333)	(124.698)	(62.484)	(14.922)	(1.598)	(79.004)
(-) Transferido para Estágio 3	(62.246)	(41.557)	(218.201)	(322.004)	(85.619)	(27.455)	(84.944)	(198.018)

Descrição	30/06/2026				31/12/2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	TOTAL	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	TOTAL
(+) Transferido do Estágio 1	3.873.239	86.085	62.246	4.021.570	2.490.940	62.483	85.619	2.639.042
(+) Transferido do Estágio 2	12.431	33.280	41.557	87.268	223.110	14.922	27.456	265.488
(+) Transferido do Estágio 3	1.793	5.333	218.201	225.327	3.209	1.598	84.944	89.751
(+) Aquisição	1.733.093	19.569	48.404	1.801.066	2.508.126	32.775	124.465	2.665.366
(+) Aquisição de Juros	220.250	3.124	3.605	226.979	151.437	3.154	1.935	156.526
(-) Liquidação	(976.741)	(14.711)	(27.515)	(1.018.967)	(899.995)	(37.965)	(64.989)	(1.002.949)
(-) Liquidação Parcial	(447.324)	(12.923)	(18.184)	(478.431)	(567.133)	(57.395)	(16.358)	(640.886)
(-) Baixa para Prejuízo	-	-	(55.063)	(55.063)	(201)	(4.852)	(68.258)	(73.311)
Saldo Final	5.620.556	144.267	370.408	6.135.231	5.225.385	111.778	322.484	5.659.647

7.3 Consolidação dos Estágios das Operações Carteira Bruta

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Saldo Inicial	5.659.647	4.554.901
(+) Aquisição	2.028.045	2.821.892
(-) Liquidação	(1.497.398)	(1.643.835)
(-) Baixa para Prejuízo	(55.063)	(73.311)
Saldo Final	6.135.231	5.659.647

7.4 Operações de crédito alocadas no terceiro estágio com 31 (trinta e um) a 60 (sessenta) dias de atraso.

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
	De 31 a 60 dias de atraso	De 31 a 60 dias de atraso
Estágio 3	9.355	6.988

7.5 Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

Abaixo a composição dos estágios das Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito e para Garantias Financeiras Prestadas:

Descrição	30/06/2026				31/12/2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	TOTAL	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	TOTAL
Provisão Operações de Crédito								
Adiantamentos a Depositantes	(53)	(129)	(803)	(985)		(26)	(1.072)	(1.098)
Direitos Creditórios Descontados	(343)	(42)	(2.432)	(2.817)	(389)	(16)	(4.452)	(4.857)
Empréstimos	(70.144)	(10.630)	(191.778)	(272.552)	(73.435)	(9.110)	(173.297)	(255.842)
Financiamentos	(10.872)	(2.216)	(16.086)	(29.174)	(14.782)	(2.256)	(13.305)	(30.343)
Financiamentos Rurais	(3.107)	(596)	(3.578)	(7.281)	(2.850)	(312)	(2.749)	(5.911)
Total- Provisão Operações de Crédito	(84.519)	(13.613)	(214.677)	(312.809)	(91.456)	(11.720)	(194.875)	(298.051)
					-	-	-	
Provisão Outras Operações com Caract. De Crédito								

Títulos com Característica de Concessão de Crédito – CPRF	(1.057)	(894)	(2.555)	(4.506)	(1.024)	(336)	(1.589)	(2.949)
Outras Operações com Característica de Concessão de Crédito	(73)	(44)	(23.421)	(23.538)	(69)	(82)	(23.258)	(23.409)
Total – Provisão Outras Operações com Caract. De Crédito	(1.130)	(938)	(25.976)	(28.044)	(1.093)	(418)	(24.847)	(26.358)
Provisão Garantias Financeiras Prestadas								
Garantias Financeiras Prestadas	(5.292)	(1.314)	(11.584)	(18.190)	(4.327)	(833)	(9.183)	(14.343)
Total – Garantias Financeiras Prestadas	(5.292)	(1.314)	(11.584)	(18.190)	(4.327)	(833)	(9.183)	(14.343)
TOTAL	(90.941)	(15.865)	(252.237)	(359.043)	(96.876)	(12.971)	(228.905)	(338.752)

Dentro da movimentação da provisão de Financiamentos Rurais estão contidos no primeiro semestre de 2026 foi de R\$ 10 referentes às Perdas Esperadas – Créditos a Liberar Nota 17.1.

7.6 Movimentação em Estágios das Provisões

As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito tiveram as seguintes movimentações:

	30/06/2026				31/12/2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	TOTAL	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	TOTAL
Provisão Inicial	96.876	12.971	228.905	338.752	92.769	27.494	166.341	286.604
(-) Transferido para Estágio 1	(67.231)	(2.104)	(1.351)	(70.686)	(63.720)	(13.327)	(2.549)	(79.596)
(-) Transferido para Estágio 2	(3.162)	(4.113)	(3.402)	(10.677)	(3.345)	(2.717)	(1.410)	(7.472)
(-) Transferido para Estágio 3	(2.992)	(5.092)	(207.019)	(215.103)	(5.610)	(6.336)	(124.575)	(136.521)
				-				-
(+) Transferido do Estágio 1	67.231	3.162	2.992	73.385	63.720	3.345	5.609	72.674
(+) Transferido do Estágio 2	2.104	4.113	5.091	11.308	13.327	2.717	6.337	22.381
(+) Transferido do Estágio 3	1.351	3.403	207.019	211.773	2.549	1.410	124.575	128.534
				-				-
(+) Constituição Novas Operações	31.388	2.358	30.661	64.407	45.387	3.801	88.337	137.525
	11.756	6.310	71.207	89.273	13.388	4.398	82.149	99.935
				-				-
(-) Reversão Total	(23.491)	(1.663)	(17.131)	(42.285)	(20.088)	(4.031)	23.794	(325)
(-) Reversão Parcial	(22.889)	(3.480)	(12.791)	(39.160)	(41.494)	(2.701)	(78.102)	(122.297)
				-				-
(-) Baixa para Prejuízo (Provisão)	-	-	(51.944)	(51.944)	(7)	(1.082)	(61.601)	(62.690)
				-				-
Provisão Final	90.941	15.865	252.237	359.043	96.876	12.971	228.905	338.752

7.7 Consolidação dos Estágios das Provisões

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Provisão Inicial	338.752	286.604
(+) Constituição	153.680	237.460
(-) Reversão	(81.445)	(122.622)
(-) Baixa para Prejuízo (Provisão)	(51.944)	(62.690)

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Provisão Final	359.043	338.752

8. Outros Ativos Financeiros

Em 30 de Junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estão assim compostos:

Descrição	30/06/2026			31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Rendas a Receber (a)	26.994	-	26.994	29.089	-	29.089
Rendas da Centralização da Administração Financeira	19.594	-	19.594	21.868	-	21.868
Rendas Serviços Arrecadação de Convênios	190	-	190	6.521	-	6.521
Outras Rendas a Receber	7.210	-	7.210	700	-	700
Devedores por Depósitos em Garantia (b)	-	3.731	3.731	-	4.531	4.531
PIS – Depósito Judicial	-	687	687	-	673	673
PIS Folha – Depósito Judicial	-	-	-	-	862	862
COFINS – Depósito Judicial	-	2.997	2.997	-	2.940	2.940
Interposição de Recursos Trabalhistas	-	47	47	-	56	56
Títulos e Créditos a Receber (c)	586	-	586	454	-	454
TOTAL	27.580	3.731	31.311	29.543	4.531	34.074

(a) Em Rendas a Receber estão registrados: Rendas da Centralização Financeira a Receber da Cooperativa Central entre outras.

(b) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados os valores referentes a interposição de recursos fiscais registrados no ativo e passivo, classificados a longo prazo.

(c) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados em sua maior representatividade os Valores a Receber de Tarifas.

9. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Em 30 de Junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 os ativos fiscais, correntes e diferidos estão assim compostos:

Descrição	30/06/2026			31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
IRPJ não compensado no próprio exercício	4.141	-	4.141	4.141	-	4.141
CSLL não compensado no próprio exercício	1.027	-	1.027	1.027	-	1.027
ISS – imposto s/serviços – a compensar	5	-	5	5	-	5
INSS – a compensar	5	-	5	5	-	5

Descrição	30/06/2026			31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
IRPJ – Antecipações	829	-	829	-	-	-
Contribuição Social – Antecipações	397	-	397	-	-	-
Outros Impostos e Contribuições a Compensar	5	-	5	-	-	-
Valores a restituir – PERDCOMP	565	13	578	504	28	532
TOTAL	6.974	13	6.987	5.682	28	5.710

10. Outros Ativos

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, os outros ativos estão assim compostos:

Descrição	30/06/2026			31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Adiantamentos e Antecipações Salariais	1.409	-	1.409	136	-	136
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	1.408	-	1.408	1.281	-	1.281
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	1.432	-	1.432	156	-	156
Pagamentos a Ressarcir	2.578	-	2.578	4.655	-	4.655
Devedores Diversos – País	522	-	522	437	-	437
Ativos em Estoque	152	-	152	119	-	119
Ativos não Financ Mantidos para Venda – Recebidos (a)	9.059	-	9.059	9.594	32.033	41.627
Veículos	1.995	70	2.065	1.551	-	1.551
Outros Imóveis	7.064	30.996	38.060	7.858	32.033	39.891
Outros Ativos Financeiros	-	-	-	185	-	185
(-) Prov Desv Ativos não Finc Mantidos para Venda – Rec. (b)	(61)	-	(61)	-	(6.073)	(6.073)
(-) Veículos	-	(30)	(30)	-	-	-
(-) Outros Imóveis	(61)	(5.110)	(5.171)	-	(6.073)	(6.073)
Despesas Antecipadas (c)	757	-	757	231	-	231
Prêmios de Seguro	98	-	98	47	-	47
Contribuição Cooperativista	108	-	108	-	-	-
Propaganda e Publicidade	450	-	450	-	-	-
Software	60	-	60	183	-	183
Outras Despesas Antecipadas	41	-	41	1	-	1
TOTAL	17.256	25.926	43.182	16.609	25.960	42.569

(a) Em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda – Recebidos estão registrados os valores de bens recebidos para pagamento de operações com associados, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(b) Refere-se às provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens registrados em “Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda – Recebidos”.

(c) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU, entre outras.

11. Imobilizado de Uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo.

Em 30 de Junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, os montantes do imobilizado de uso estão assim compostos:

Descrição	Taxa de Depreciação	30/06/2026			31/12/2025		
		Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido
Imobilizado em Curso (a)	-	9.579	-	9.579	6.706	-	6.706
Edificações	4%	4.420	(1.510)	2.910	4.420	(1.432)	2.988
Instalações	4-25%	52.550	(28.747)	23.803	47.584	(26.458)	21.126
Mobiliários	10%	7.595	(3.494)	4.101	7.004	(3.191)	3.813
Máquinas	10%	898	(343)	555	853	(301)	552
Aparelhos de Refrigeração	10%	3.443	(1.618)	1.825	3.202	(1.477)	1.725
Equipamentos de Processamento de Dados	20%	14.482	(10.032)	4.450	14.303	(9.209)	5.094
Alarme	10%	198	(91)	107	190	(82)	108
Cabines de Segurança	10%	620	(342)	278	595	(317)	278
Armas e Equipamentos	10%	1.149	(601)	548	1.091	(558)	533
Equipamentos de Vigilância e Segurança	10%	539	(310)	229	542	(302)	240
Equipamentos de Comunicação	10%	353	(235)	118	344	(228)	116
Veículos	20%	385	(289)	96	385	(250)	135
Total Imobilizado de Uso e Depreciação		96.211	(47.612)	48.599	87.219	(43.805)	43.414

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

A despesa com depreciação no 1º semestre de 2026 foi de R\$ 4.768 mil (No mesmo período de 2025 – 4.730 mil).

12. Intangível

Registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares.

Em 30 de Junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, os montantes do intangível estão assim compostos:

Descrição	Taxa de Amortização	30/06/2026			31/12/2025		
		Custo	Amortização Acumulada	Saldo Líquido	Custo	Amortização Acumulada	Saldo Líquido
Licenças e Direitos Autorais de Uso	10-20%	1.086	(992)	94	1.125	(1.000)	125
Total Intangível e Amortização Acumulada		1.086	(992)	94	1.125	(1.000)	125

A despesa com amortização no primeiro semestre de 2026 foi de R\$ 39 mil. (No mesmo período de 2025 – R\$ 39 mil).

13. Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado

São obrigações financeiras reconhecidas pelo valor originalmente recebido, posteriormente ajustado pelos encargos, juros e amortizações incorridos ao longo do tempo.

13.1 Depósitos

Em 30 de Junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, os depósitos estão assim compostos:

Descrição	30/06/2026			31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Custo Amortizado						
Depósitos à Vista (a)	1.167.025	-	1.167.025	1.172.383	-	1.172.383
Depósitos de Poupança	156.701	-	156.701	157.232	-	157.232
Depósitos Sob Aviso (b)	7.800	-	7.800	7.563	-	7.563
Depósitos a Prazo (b)	4.170.125	15.307	4.185.432	3.747.414	16.856	3.764.270
Outros Depósitos	-	-	-	13.424	-	13.424
TOTAL	5.501.651	15.307	5.516.958	5.084.591	16.856	5.114.872

(a) Valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

(b) Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de "pro rata temporis"; as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data da demonstração financeiras, pelas despesas a apropriar registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R\$ 250.000,00 por CPF ou CNPJ – com exceção de contas conjuntas, que têm seu valor dividido pelo número de titulares – pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de

Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas Cooperativas de Crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme a determinação da Resolução CMN nº 4.933/2021. O registro do FGCoop, como regulamentado, passa a ser feito em “Dispêndios de captação no mercado”.

13.2 Concentração dos Principais Depositantes:

Descrição	30/06/2026	% Carteira Total	31/12/2025	% Carteira Total
Maior Depositante	90.165	2%	78.271	2%
10 Maiores Depositantes	393.305	7%	460.132	9%
50 Maiores Depositantes	888.458	16%	919.413	18%

13.3 Despesas com Operações de Captação de Mercado

As despesas de captação no mercado estão relacionadas principalmente aos recursos obtidos no mercado local através de Depósitos a Prazo e Depósitos Sob Aviso.

Descrição	30/06/2026	30/06/2025
Despesas de Depósitos de Poupança	(5.785)	-
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(509)	(434)
Despesas de Depósitos a Prazo	(266.060)	(212.697)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(13.291)	(10.811)
Despesas de Letras Financeiras	(2.380)	(505)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(4.051)	(3.469)
Despesas de Depósitos Judiciais e de Letras de Crédito Imobiliário	(208)	-
TOTAL	(292.284)	(227.916)

14. Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

14.1 Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, Crédito Imobiliário e Similares

Em 30 de junho de 2026 e 3q de dezembro de 2025, estão assim compostas:

Descrição	30/06/2026			31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. do Agronegócio – LCA (a)	189.401	31.426	220.827	90.834	129.827	220.661
Obrigações por Emissão de Letras Financeiras – LF (b)	34.845	-	34.845	31.355	-	31.355
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. Imobiliário – LCI (c)	-	-	-	751	-	751
TOTAL	224.246	31.426	255.672	122.940	129.827	252.767

(a) A Letra de Crédito do Agronegócio é um título de crédito nominativo, que é uma promessa de pagamento em dinheiro, emitido exclusivamente pela Cooperativa. A emissão da Letra é condicionada à existência e disponibilidade na Cooperativa de direitos e créditos relacionados com a produção, comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos ou insumos agropecuários ou máquinas e implementos utilizados na atividade agropecuária.

(b) A Letra Financeira – LF, é um título de renda fixa emitido por instituições financeiras com a finalidade de captar recursos de longo prazo (Resolução CMN nº 5.007/2022).

(c) A Letra de Crédito Imobiliário é um título de renda fixa emitido com o objetivo de levantar recursos para aplicação em investimentos no setor imobiliário, incluindo aí financiamentos e projetos de reforma e construção.

São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI – Certificado de Depósitos Interbancários. Os valores apropriados em despesas podem ser consultados na nota explicativa nº 13.3 – Depósitos – Despesas com operações de captação de mercado.

15. Relações Interfinanceiras

São demonstrados pelo valor principal acrescido de encargos financeiros, e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades inclusive Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

15.1 Outras Relações Interfinanceiras

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, as obrigações com Outras Relações Interfinanceiras com correspondentes cooperativistas, estavam assim compostas:

Descrição	30/06/2026			31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Correspondente no País	-	-	-	7	-	7
TOTAL	-	-	-	7	-	7

15.2 Repasses Interfinanceiros

Descrição	30/06/2026			31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Recursos do Banco Sicoob	43.576	249.699	293.275	46.308	218.925	265.233
Recursos da Central	71.400	20.135	91.535	94.736	26.663	121.399
TOTAL	114.976	269.834	384.810	141.044	245.588	386.632

Os contratos possuem taxas e vencimentos diversos.

16. Outros Passivos

16.1 Obrigações por Empréstimos e Repasses

Descrição	30/06/2026			31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Cooperativa Central	25.600	-	25.600	25.600	-	25.600
TOTAL	25.600	-	25.600	25.600	-	25.600

Os contratos possuem taxas e vencimentos diversos.

16.2 Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados

São registrados nesse grupo o valor do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, e sobre Operações Relativas a Títulos e Valores Mobiliários, a ser recolhido de tributos de convênios Estaduais e Municipais a serem repassados.

A cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados, estão registrados:

Descrição	30/06/2026			31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Operações De Crédito – IOF	1.094	–	1.094	2.006	–	2.006
Operações Com Títulos e Valores Mobiliários – IOF	137	–	137	107	–	107
Recebimentos Tributos Municipais	154	–	154	4	–	4
TOTAL	1.385	–	1.385	2.117	–	2.117

16.3 Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, os saldos de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estão assim compostos:

Descrição	30/06/2026			31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Impostos e Contribuições Sobre o Lucro a Pagar	266	–	2.234	2.234	–	2.234
Impostos e Contribuições Sobre Serviços De Terceiros	343	–	382	382	–	382
Impostos e Contribuições Sobre Salários	1.594	–	1.823	1.823	–	1.823
IRRF Sobre Aplicações Financeiras	1.402	–	2.986	2.986	–	2.986
ISSQN Próprio a Recolher	115	–	142	142	–	142
TOTAL	3.720	–	3.720	7.567	–	7.567

16.4 Outras Obrigações

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, os saldos de outras obrigações estão assim compostos:

Descrição	30/06/2026			31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Sociais e Estatutárias	90.326	–	90.326	55.353	–	55.353
Juros sobre o Capital Social a Pagar (I)	41.828	–	41.828	–	–	–
Provisão para Participações nos Lucros (II)	5.395	–	5.395	10.386	–	10.386
Cotas de Capital a Pagar (III)	13.115	–	13.115	14.979	–	14.979
Fundo de assistência Técnica, Educacional e Social – FATES (IV)	29.988	–	29.988	29.988	–	29.988
Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros (V)	3.751	–	3.751	4.748	–	4.748

Descrição	30/06/2026			31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Credores Diversos – País (VI)	42.066	-	42.066	9.041	-	9.041
Pagamento a Processar	1.752	-	1.752	1.269	-	1.269
Taxa de Alienação a Repassar	118	-	118	145	-	145
Cheques Depositados Relativos a Descontos Aguardando Compensação	3.115	-	3.115	753	-	753
Credores Diversos – Liquidação Cobrança	32.756	-	32.756	3.007	-	3.007
Valor a Pagar de Honras pelos Fundos Garantidores	2.643	-	2.643	2.180	-	2.180
Valores a Liquidar Consignado	1.123	-	1.123	1.244	-	1.244
Outros Credores Diversos – País	559	-	559	443	-	443
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	2.437	-	2.437	1.902	-	1.902
Recursos em Trânsito de Terceiros	503	-	503	483	-	483
TOTAL	139.083	-	139.083	71.527	-	71.527

- I. Refere-se a provisão para pagamento em 31 de dezembro de 2026 dos juros ao capital aos associados.
- II. A Participação dos empregados nos Resultados está consubstanciada pela Lei 10.101/2000 e por convenção coletiva. A Cooperativa constituiu provisão de R\$ 3.627 mil no primeiro semestre de 2026 (R\$ 3.562 mil no mesmo período de 2025), a título de participação dos empregados em resultado e essa, modalidade de remuneração variável não se incorpora aos salários dos empregados e está atrelada à performance da Cooperativa. A legislação determina que o pagamento seja efetuado de acordo com regras previamente estabelecidas por meio de Acordo Coletivo de Trabalho homologado junto ao sindicato da categoria e devidamente registrado no Ministério do Trabalho;
- III. Refere-se ao valor da cota-capital a ser devolvido aos associados que formalizaram pedido de desligamento do quadro social da Cooperativa.
- IV. O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos Associados, seus familiares e empregados da Cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 7% percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue a determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872, de 2020, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para as quais se destina, ao final do exercício, há a reversão dos dispêndios de FATES para a conta de Sobras ou Perdas Acumuladas, conforme a Lei nº 5.764, de 1971.
- V. O saldo registrado sob a rubrica "Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros" corresponde a valores destinados ao pagamento de salários, vencimentos e obrigações correlatas, decorrentes de contratos firmados entre a Cooperativa e a instituição pagadora para intermediação da folha de pagamento.
- VI. Os saldos em Credores Diversos – País referem-se as responsabilidades da instituição perante pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no País, inclusive resultantes do exercício de mandato, para cuja escrituração não exista conta específica.

17. Provisões

Em 30 de junho de 2026 e 3q de dezembro de 2025, os saldos de provisões estão assim compostos:

Descrição	30/06/2026			31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Provisões e outras Obrigações com Instrumentos Financeiros	26.741	-	26.741	23.127	-	23.127

Demonstrações Financeiras Individuais | 1º Semestre 2026Cooperativa de Crédito Sul-Serrana do Espírito Santo – Sicoob Sul-Serrano
00.815.319/0001-75

Descrição	30/06/2026			31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Provisão para Pagamento a Efetuar	14.959	-	14.959	12.032	-	12.032
Provisão para Contingências	-	7.985	7.985	-	5.835	5.835
TOTAL	41.700	7.985	49.685	35.159	5.835	40.994

17.1 Provisões e Outras Obrigações com Instrumentos Financeiros

Em provisões e outras obrigações com instrumentos financeiros estão registrados:

Descrição	30/06/2026			31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Compromissos de Crédito	8.367	-	8.367	8.544	-	8.544
Perdas Esperadas – Cheque Especial	1.346	-	1.346	1.510	-	1.510
Perdas Esperadas – Cheque Especial – PJ	2.668	-	2.668	2.808	-	2.808
Perdas Esperadas – Crédito Rotativo	4.353	-	4.353	4.226	-	4.226
Compromissos de Crédito e Créditos a Liberar	10	-	10	-	-	-
Perdas Esperadas – Crédito Rural	10	-	10	-	-	-
Receitas a Apropriar – Garantias Financeiras Prestadas	174	-	174	240	-	240
Prêmios Recebidos – Garantias Financeiras Prestadas	174	-	174	240	-	240
Garantias Financeiras Prestadas	18.190	-	18.190	14.343	-	14.343
Perdas Esperadas – Garantias Financeiras Prestadas	18.190	-	18.190	14.343	-	14.343
TOTAL	26.741	-	26.741	23.127	-	23.127

Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela Cooperativa, conforme determina a Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos Associados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 4.966/2021. Em 30 de junho de 2026, a Cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais.

O total das garantias financeiras prestadas pela Cooperativa em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 é o seguinte:

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Coobrigações Prestadas	1.060.363	894.292
TOTAL	1.060.363	894.292

17.2 Provisão para Pagamentos a Efetuar

Registram-se as provisões para pagamentos de despesas com pessoal e outras despesas administrativas.

Descrição	30/06/2026			31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Despesas de Pessoal	6.446	-	6.446	4.748	-	4.748
Custódia De Valores E Bens	29	-	29	20	-	20
Comunicações	59	-	59	62	-	62

Descrição	30/06/2026			31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Promoções E Relações Públicas	196	-	196	12	-	12
Segurança E Vigilância	35	-	35	6	-	6
Manutenção E Conservação De Bens	5	-	5	25	-	25
Transporte	201	-	201	147	-	147
Seguro	23	-	23	44	-	44
Aluguéis	283	-	283	268	-	268
Compensação	168	-	168	216	-	216
Seguros A Recolher	19	-	19	18	-	18
Seguro Prestamista	1.972	-	1.972	1.420	-	1.420
Provisão De Despesa Com Cartões	3.139	-	3.139	2.601	-	2.601
Provisão De Despesa Com Domicílio Bancário	-	-	-	1	-	1
Custos De Transações Interfinanceiras	254	-	254	281	-	281
Outras Despesas Administrativas	762	-	762	442	-	442
Ordem De Pagamento – Encerramento Conta	93	-	93	400	-	400
Valores A Pagar – Domicílio Bancário Sipag	1.029	-	1.029	1.018	-	1.018
Encargo Por Concessão De Garantia	246	-	246	303	-	303
TOTAL	14.959	-	14.959	12.032	-	12.032

17.3 – Provisão para Contingências

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, o saldo de provisões estava assim composto:

Descrição	30/06/2026			31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	TOTAL	Circulante	Não Circulante	TOTAL
Provisão Para Contingências (a)	-	7.985	7.985	-	5.835	5.835
TOTAL	-	7.985	7.985	-	5.835	5.835

(a) Provisão para Contingências – Demandas Judiciais

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificadas como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Na data das demonstrações financeiras, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais relacionados às Demandas Judiciais:

Descrição	30/06/2026		31/12/2025	
	Provisão para Demandas Judiciais – Passivo	Depósitos Judiciais – Ativo	Provisão para Demandas Judiciais – Passivo	Depósitos Judiciais – Ativo
PIS (I)	687	687	673	673
COFINS (I)	2.997	2.997	2.940	2.940
PIS FOLHA (II)	-	-	862	862
Trabalhistas	1.022	47	102	56

Descrição	30/06/2026		31/12/2025	
	Provisão para Demandas Judiciais – Passivo	Depósitos Judiciais – Ativo	Provisão para Demandas Judiciais – Passivo	Depósitos Judiciais – Ativo
Outras Contingências	3.279	-	1.258	-
TOTAL	7.985	3.731	5.835	4.531

I) PIS e COFINS – Quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS.

II) PIS FOLHA – quando da IN RFB nº 2121/2022, a cooperativa ajuizou ação judicial questionando o recolhimento do tributo, tendo em vista que inexistia lei em sentido estrito que determine o recolhimento do referido tributo pelas cooperativas de crédito

b) Movimentação das Provisões para Contingência

Descrição	Cível	Tributário	Trabalhista	Total
Saldo em 01 janeiro de 2025	1.360	3.945	240	5.545
Constituição da provisão	35	305	-	340
Reversão da provisão	(137)	-	(138)	(275)
Atualização durante o exercício	-	225	-	225
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.258	4.475	102	5.835
Saldo em 01 janeiro de 2026	1.258	4.475	102	5.835
Constituição da provisão	2.060	24	940	3.024
Reversão da provisão	(39)	(895)	(20)	(954)
Atualização durante o semestre	-	80	-	80
Saldo em 30 de junho de 2026	3.279	3.684	1.022	7.985

Segundo a assessoria jurídica do Sicoob Sul-Serrano, existem processos judiciais nos quais a Cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando **R\$ 6.658 mil**. Essas ações abrangem, basicamente, processos trabalhistas ou cíveis.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

18. Patrimônio Líquido

18.1 Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 (cada) e integralizado por seus Associados. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Capital Social	659.677	589.707
Associados	202.943	189.425

18.2 Reservas de Sobras

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Fundo de Reserva (a)	545.111	545.575
Reserva Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Regional (b)	8.328	8.328
Total Reservas de Sobras	553.439	553.903

(a) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades conforme previsto no estatuto social.

(b) Reserva Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Regional

Constituído na AGE realizada em 14 de dezembro de 2023, com recursos provenientes das sobras do exercício de 2023, no montante de R\$ 10,9 milhões, o Fundo tem como objetivo promover ações de apoio a projetos de desenvolvimento das regiões que compõem a área de atuação da Cooperativa, fortalecendo, assim, seu relacionamento com a sociedade.

Do montante inicialmente constituído, foram utilizados R\$ 2.572 milhões, permanecendo, em 30 de junho de 2026, o saldo de R\$ 8.328 milhões.

O Fundo possui vigência de 3 (três) anos. Após a conclusão dos projetos e das ações previstas, eventual saldo remanescente será destinado à Reserva Legal da Cooperativa.

18.3 Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 23/04/2026, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com sobra do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, no valor de R\$ 74.850 mil.

Descrição	30/06/2026	30/06/2025
Sobra bruta	160.940	132.435
Juros ao Capital	(41.827)	(32.229)
Sobra líquida do exercício	119.113	100.206
Adoção inicial Resolução CMN 4.966/21	-	(16.338)
Sobras no Período	119.113	83.868

18.4 Destinações Estatutárias e Legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Sobra bruta	160.940	258.751
Juros ao Capital	(41.827)	(74.526)
Sobra líquida do exercício	119.113	184.225
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	-	-

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	119.113	184.225
Reserva legal – 55%	-	(101.324)
Fundo de Reserva Art 26 § 1º Estatuto (a)	-	(5.772)
Fundo de assistência técnica, educacional e social – 7%	-	(12.896)
Fundo de Investimento Social – 1%	-	-
Utilização do FIS	-	1.659
Utilização do FATES (b)	-	7.121
Utilização Fundo Apoio ao Desenvolvimento Regional	-	2.342
Sobra à disposição da Assembleia Geral	119.113	75.355

(a) Conforme estatuto social da cooperativa, poderão ser canalizados ao Fundo de Reserva, antes da apuração das destinações obrigatórias, as doações sem destinação específica e, a critério do Conselho de Administração, os valores em prejuízo recuperados de exercícios anteriores e outros valores objeto de recuperação, inclusive em decorrência da legislação aplicável. Na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) esse montante foi adicionado a destinação estatutária obrigatória para o Fundo de Reserva, e está apresentado na linha “Destinações das Sobras do Período – Fundo de Reserva”.

(b) A reversão dos dispêndios de FATES ocorre apenas no encerramento anual. No exercício de 2025, a reversão do FATES foi registrada após as destinações legais e estatutárias, aumentando as sobras à disposição da assembleia.

19. Resultado de Atos Não Cooperativos

São classificados como ato não cooperativo os rendimentos e/ou dispêndios decorrentes de operações realizadas com não associados, sobre os quais há incidência de tributos federais e municipais. Os valores são registrados em separado e o resultado líquido auferido dessas operações, se positivo, é integralmente destinado ao FATES, conforme determina o art. 87 da Lei nº 5.764/1971.

Em 30 de junho de 2026 e 2025, o resultado de atos não cooperativos possui a seguinte composição:

Descrição	30/06/2026			30/06/2025		
	Resultado do Período	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Resultado do Período	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo
Receitas (Ingressos) Operacionais	793.937	775.747	18.190	673.064	657.729	15.335
Despesas (Dispêndios) Operacionais	(590.506)	(547.375)	(43.131)	(496.009)	(462.744)	(33.265)
Despesas (Dispêndios) Operacionais proporcional a cada Ato	(84.711)	(82.771)	(1.940)	(77.376)	(75.612)	(1.764)
Resultado Operacional	118.720	145.601	(26.881)	99.679	119.373	(19.694)
Receita Não Operacional	799	-	799	825	-	825
Despesa Não Operacional	(406)	-	(406)	(298)	-	(298)
Resultado Não Operacional	393	-	393	527	-	527
Resultado Antes dos IRPJ/CSLL e	119.113	145.601	(26.488)	100.206	119.373	(19.167)

Demonstrações Financeiras Individuais | 1º Semestre 2026Cooperativa de Crédito Sul-Serrana do Espírito Santo – Sicoob Sul-Serrano
00.815.319/0001-75

Descrição	30/06/2026			30/06/2025		
	Resultado do Período	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Resultado do Período	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo
Exclusões/Adições do Ato Cooperativo						
Exclusões/Adições do Ato Cooperativo	-	(26.488)	26.488	-	(19.167)	19.167
Resultado do Período	119.113	119.113	-	100.206	100.206	-

20. Provisão de Juros ao Capital

No primeiro semestre de 2026 a Cooperativa provisionou juros ao capital próprio no montante de R\$ 41.827 mil (RS 32.229 mil no mesmo período de 2025) remunerando o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração é limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic.

A referida provisão foi demonstrada na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular Bacen nº 2.739/97.

21. Receitas da Intermediação Financeira

Refere-se a receitas que a cooperativa recebe prestação de serviços de intermediação financeira, tais como, os recebimentos efetuados por conta de terceiros.

21.1 Receitas de Operações de Crédito

A receita da intermediação financeira com operações de crédito compreende as receitas de juros de empréstimos de capital de giro e de repasses.

Descrição	30/06/2026	30/06/2025
Rendas De Adiantamentos a Depositantes	1.289	1.078
Rendas De Empréstimos	305.219	238.904
Rendas De Direitos Creditórios Descontados	11.812	8.784
Rendas De Financiamentos	57.495	53.679
Rendas De Financiamentos Rurais – Aplicações Com Recursos Livres	5.438	6.001
Rendas De Financiamentos Rurais – Aplicações Com Recursos Direcionados à Vista	5.278	1.331
Rendas De Financiamentos Rurais – Apl. Com Recursos Direc.Da Poupança Rural	466	1.415
Rendas De Financiamentos Rurais – Aplicações Com Recursos Direcionados De LCA	6.918	4.161
Rendas De Financiamentos Rurais – Aplicações Com Recursos De Fontes Públicas	6.554	4.516
Rendas De Créditos Por Avais e Fianças Honrados	162	24
Rendas De Títulos Com Características De Concessão De Crédito	17.720	16.087
Créditos Por Venda a Prazo De Ativos Não Financeiros	290	356
Recuperação De Ativos Financeiros Baixados Como Prejuízo	8.087	5.905
(-) Despesas De Descontos Concedidos Em Renegociações	(95)	(554)
TOTAL	426.633	341.687

21.2 Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

Os rendimentos auferidos com Títulos e Valores Mobiliários nos períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025, registrados em contrapartida à receita de “Rendas de Títulos de Renda Fixa”, foram, respectivamente:

Descrição	30/06/2026	30/06/2025
Rendas de Títulos de Renda Fixa	29.073	13.807
Rendas de Aplicações em Fundos de Investimento	-	3.272
TOTAL	29.073	17.079

21.3 Resultado de Operações de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Os rendimentos auferidos com Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, no período findos em 30 de junho de 2026 e 2025, registrados em contrapartida à receita de "Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez", foram, respectivamente:

Descrição	30/06/2026	30/06/2025
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	18.582	3.702
TOTAL	18.582	3.702

22. Despesas de Operações de Empréstimos e Repasses

Em 30 de junho de 2026 e 2025 as Despesas de Repasses Interfinanceiros e Obrigações por Empréstimos e Repasses, estavam assim compostas:

Descrição	30/06/2026	30/06/2025
Despesas com Repasses Interfinanceiros		
Despesas com Repasses Interfinanceiros- Banco Sicoob	(9.237)	(9.357)
Despesas com Repasses Interfinanceiros- Sicoob Central ES	(5.038)	(3.630)
Total Despesas com Empréstimos Interfinanceiros	(14.275)	(12.987)
Despesas de Empréstimos		
Despesas de Empréstimos- Sicoob Central ES	(1.705)	(1.480)
Total Despesas de Empréstimos	(1.705)	(1.480)
TOTAL	(15.980)	(14.467)

23. Despesa com Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

As provisões e reversões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, são reconhecidas e mensuradas de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/2021. Os valores refletem as estimativas de perdas esperadas sobre as operações de crédito, garantias financeiras prestadas e compromissos de crédito e créditos a liberar, considerando as características e o risco de crédito das operações.

Descrição	30/06/2026	30/06/2025
Provisão/Reversão para Perdas Esperadas de Operações de Crédito e Demais Operações com Características de Cons. De Crédito	(79.249)	(60.452)
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	99.160	104.072
Reversões de Provisões para Outras Operações com Características de Concessão de Crédito	7.206	7.706
Provisões para Operações de Crédito	(165.966)	(155.772)
Provisões para Outras Operações com Características de Concessão de Crédito	(19.649)	(16.458)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas de Garantias Financeiras Prestadas e Outros Compromissos	(3.680)	(342)
Provisões para Garantias Prestadas	(9.493)	(6.984)
Provisão para Compromissos de Crédito a Liberar	(3.295)	-
Reversões de Provisões para Garantias Prestadas	5.645	6.642
Reversões de Provisões para Compromissos de Crédito a Liberar	3.463	-

Descrição	30/06/2026	30/06/2025
TOTAL	(82.929)	(60.794)

24. Receitas de Prestação de Serviços

Refere-se a receitas que a cooperativa recebe prestação de serviços de intermediação financeira, tais como, os recebimentos efetuados por conta de terceiros e rendas de tarifas recebidas dos associados conforme tabela de tarifas e pacotes da cooperativa.

Descrição	30/06/2026	30/06/2025
Rendas de Cobrança	5.420	4.927
Rendas por Serviços de Pagamento – Outros Serviços Relacionados a Transações de Pagamento	3.570	2.401
Rendas de Convênios	305	311
Rendas de Comissões de Outros Serviços	421	378
Rendas de Comissão de Plano de Saúde	2	32
Rendas de Outros Serviços	1.860	1.684
Rendas de Comissões de Seguros	8.735	7.899
Rendas de Comissões de Previdência	81	74
Rendas de com Outras Comissões Comerciais e sobre Serviços	5.430	6.089
Rendas de Tarifa Anuidade Cartão de Crédito	1.524	1.370
Rendas de Outras Tarifas de Cartão	71	64
Rendas de Tarifas de Intercâmbio	16.112	14.239
Receita de Tarifas – PN e MEI	3.608	3.132
Receitas de Tarifas Bancárias – PJ	9.864	9.826
TOTAL	57.003	52.426

25. Despesas de Pessoal

São constituídas pelos salários, honorários, benefícios e encargos provisionados e pagos aos empregados da Cooperativa.

Descrição	30/06/2026	30/06/2025
Despesas de Honorários	(2.576)	(1.670)
Despesas de Pessoal – Benefícios	(8.911)	(7.189)
Despesas de Pessoal – Encargos Sociais	(6.220)	(5.528)
Despesas de Pessoal – Proventos	(16.850)	(15.055)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(678)	(712)
TOTAL	(35.235)	(30.154)

26. Outras Despesas Administrativas

São constituídas por despesas de manutenção de sua infraestrutura operacional tais como, água, luz, telecomunicações, publicações, processamento de dados, além de serviços financeiros, de suporte técnico, consultoria, dentre outros.

Descrição	30/06/2026	30/06/2025
Despesas De Água, Energia e Gás	(429)	(438)
Despesas De Aluguéis	(4.120)	(3.868)
Despesas De Comunicações	(1.409)	(1.226)
Despesas De Manutenção e Conservação De Bens	(2.895)	(2.443)
Despesas De Material	(452)	(488)
Despesas De Processamento De Dados	(6.875)	(6.807)
Despesas De Promoções e Relações Públicas	(2.509)	(1.573)
Despesas De Propaganda e Publicidade	(1.921)	(2.316)

Demonstrações Financeiras Individuais | 1º Semestre 2026Cooperativa de Crédito Sul-Serrana do Espírito Santo – Sicoob Sul-Serrano
00.815.319/0001-75

Descrição	30/06/2026	30/06/2025
Despesas De Seguros	(70)	(78)
Despesas De Serviços Do Sistema Financeiro	(7.212)	(7.548)
Despesas De Serviços De Terceiros	(1.192)	(1.150)
Despesas De Serviços De Vigilância E Segurança	(2.580)	(2.357)
Despesas De Serviços Técnicos Especializados	(3.102)	(2.787)
Despesas De Transporte	(1.309)	(1.148)
Despesas De Viagem No País	(277)	(152)
Despesas De Amortização	(39)	(39)
Despesas De Depreciação	(4.768)	(4.730)
Condomínio	(195)	(133)
Emolumentos Judiciais E Cartorários	(1.572)	(1.176)
Copa/Cozinha	(258)	(216)
Lanches e Refeições	(127)	(152)
Uniformes e Vestuários	-	(5)
Contribuição a OCE	(31)	(29)
Taxas Da Junta Comercial	(1)	(2)
Sistema Cooperativista	(90)	(91)
Mensalidades Diversas	(32)	(40)
Rateio De Despesas Da Central	-	(3.815)
Ações Judiciais	(376)	(74)
Rateio De Despesa Adm Do Sicoob	(1.310)	(891)
Outras Despesas Indedutíveis	(23)	(23)
Outras Despesas Administrativas	(7)	(39)
TOTAL	(45.181)	(45.834)

27. Despesas Tributárias

Referem-se a despesa com tributos e contribuições sobre o Ato Não Cooperativo:

Descrição	30/06/2026	30/06/2025
Despesas Tributárias	(225)	(113)
Desp. Impostos s/ Serviços - ISS	(738)	(709)
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	-	(147)
TOTAL	(963)	(969)

28. Outras Despesas Operacionais

São despesas de provisões para descontos concedidos em operações de crédito, cancelamento de tarifas pendentes, contribuição ao fundo de tecnologia da confederação e Contribuição Fundo de Estabilidade Financeira e Fomento do Sicoob ES.

Descrição	30/06/2026	30/06/2025
Despesas Com Serviços Associados a Transações De Pagamento	(20.290)	(14.708)
Despesas Com Fraudes	(505)	(164)
Despesas de Descontos Concedidos	(2.832)	(2.967)
Tarifa Recebimento Convênio - INSS	(273)	(202)
Bonificação de Seguro Prestamista	(63)	(19)
Perdas Práticas Inadequadas	(51)	(63)
Perdas Transações de Adquirência	-	(108)
Contribuição Fundo de Estabilidade Financeira Sicoob ES (a)	(10.893)	(15.441)
Contrib. ao Fundo Ressarc. Fraudes Externas	(129)	(107)

Descrição	30/06/2026	30/06/2025
Dispêndios de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES	(3.194)	(2.631)
Fundo Voluntário	(25)	(1.268)
Atualização– Honras de Fundos Garantidores	(154)	(95)
Outras Despesas Operacionais	(108)	(693)
Custos de Transação – CETIP Registro B3	(23)	-
TOTAL	(38.540)	(38.466)

(a) Este valor refere-se a contribuições ao Fundo de Estabilidade Financeira do Sicoob – FEFES.

29. Outras Receitas Operacionais

Descrição	30/06/2026	30/06/2025
Recuperação de Encargos e Despesas	6.313	2.579
Dividendos Recebidos do Banco Sicoob	2.821	3.475
Distribuição de Sobras do Sicoob Central ES	5.474	7.735
Rendas de Repasses Interfinanceiros	2.462	1.171
Rendas Juros Cartão de Crédito	10.229	9.253
Rendas Multas por Atraso – Cartão de Crédito	1.431	1.280
Crédito Receita SIPAG – Faturamento	2	5
Crédito Receita SIPAG – Antecipação	1	3
Atualização Selic – Recuperação Créditos Tributários	192	43
Deduções e Abatimentos	195	223
Rendas Recursos Centralizados da Poupança	662	
Rendas por Antecipação de Obrigações de Transação de Pagamento	1.849	876
Rendas de Aluguéis	183	8
Rendas de Garantias Prestadas	222	70
Aluguel de Equipamentos de Transações de Pagamentos	1.105	778
TOTAL	33.141	27.499

Refletem principalmente recuperação de encargos e despesas, receitas com cartão de crédito e Delcredere.

30. Despesas com Provisões/Reversões para Contingências

Descrição	30/06/2026	30/06/2025
Provisões para Contingências Trabalhistas	(1.021)	-
Provisões para Contingências Cíveis	(2.060)	-
Provisões para Outras Contingências	-	(20)
Reversão Provisão para Contingências Trabalhistas	100	-
Reversão Provisão para Contingências Cíveis	39	-
Reversão Provisão para Outras Contingências	-	275
TOTAL	(2.942)	255

Conforme estabelecido pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Cooperativa reconhece no resultado as provisões relativas aos processos judiciais cuja probabilidade de perda seja classificada como provável, com base na avaliação de seus assessores jurídicos e na melhor estimativa dos valores envolvidos. O reconhecimento e a mensuração das provisões observam os princípios estabelecidos pelo CPC 25, conforme requerido pela Resolução CMN nº 3.823/2009.

31. Outras Receitas e Despesas

Consiste em receitas (despesas) provenientes da alienação de bens e direitos não diretamente relacionada ao desenvolvimento de sua atividade Cooperativista de Crédito.

Descrição	30/06/2026	30/06/2025
Lucros Na Alienação De Ativos Não Financeiros Mantidos Para a Venda Recebidos	157	70
Desvalorização De Ativos Não Financeiros Mantidos Para a Venda Próprios	-	11
Desvalorização De Ativos Não Financeiros Mantidos Para a Venda Recebidos	499	483
Ganho De Capital	143	261
Receitas Não Operacionais	799	825
(-) Prejuízo Na Alienação De Ativos Não Financeiros Mantidos Para a Venda Recebidos	(17)	(122)
(-) Desvalorização De Ativos Não Financeiros Mantidos Para a Venda Próprios	-	-
(-) Desvalorização De Ativos Não Financeiros Mantidos Para a Venda Recebidos	(275)	(37)
(-) Perda De Capital	(100)	(107)
(-) Outras Despesas Não Operacionais	(14)	(31)
(-) Despesas Não Operacionais	(406)	(297)
TOTAL	393	528

32. Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme a definição da Resolução BCB nº 2/2020, alterada pela Resolução BCB nº 367/2024, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultados não recorrentes no período de 30/06/2025.

33. Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros, conforme CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em 07/10/2010).

Dessa forma, para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, não são consideradas partes relacionadas os membros do Conselho Fiscal.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições, estabelecidas em regulamentação específica.

33.1 Transações com Partes Relacionadas e Remuneração de Pessoal Chave da Administração

As operações com tais partes relacionadas e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com a observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Conforme a Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a eles são deliberadas em última alçada de aprovação, no âmbito do Conselho da Administração ou, quando delegado formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da Cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

Demonstrações Financeiras Individuais | 1º Semestre 2026

Cooperativa de Crédito Sul-Serrana do Espírito Santo – Sicoob Sul-Serrano
00.815.319/0001-75



O pessoal-chave de administração inclui os conselheiros e diretores, anualmente são deliberados os montantes de remuneração, benefícios e plano de previdência complementar na Assembleia Geral Ordinária, em cumprimento à Lei 5.764/1971 artigo 44 e artigo 5 da Lei Complementar nº 130/2009.

Natureza da Operação	30/06/2026	31/12/2026
Operações Ativas		
Operação de Crédito	4.640	4.542
PCLD – Provisão de Crédito	16	35
Taxa média (a.m.)		
Direitos Creditórios Descontados	1,45%	–
Empréstimos	0,66%	0,64%
Financiamentos	0,86%	0,82%
Prazo Médio (meses)		
Direitos Creditórios descontados	3,76	–
Empréstimos	37,82	30,58
Financiamentos	55,46	59,60
Operações Passivas		
Depósitos	35.898	34.651
Letra de Crédito Agronegócio – LCA	2.653	2.632
Taxa Média Depósitos (% CDI a.m.)		
Aplicação Financeira – Pré Fixada	1,09%	1,11%
Aplicação Financeira – Pós Fixada (%CDI)	98,33%	98,35%
Taxa Média – LCA (a.m.)	1,07%	1,16%
Prazo Médio Depósitos (meses)		
Aplicação Financeira – Pré Fixada	10,29	8,19
Aplicação Financeira – Pós Fixada (%CDI)	150,96	146,79
Prazo Médio – LCA (meses)	24,03	24,03
Garantias Prestadas	20.586	23.555
Capital Social	5.352	5.174
Remuneração	(2.397)	(6.137)
Honorários – Diretoria e Conselho de Administração	(1.836)	(5.421)
Encargos	(497)	(580)
Benefícios	(64)	(136)

33.2 Cooperativa Central

O SICOOB SUL-SERRANO, em conjunto com outras Cooperativas Singulares, é filiado à SICOOB CENTRAL ES, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL ES, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (Cooperativas Singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, por meio dos instrumentos previstos na legislação pertinente e em normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para a consecução de seus objetivos.

Demonstrações Financeiras Individuais | 1º Semestre 2026

Cooperativa de Crédito Sul-Serrana do Espírito Santo – Sicoob Sul-Serrano
00.815.319/0001-75



Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabem ao SICOOB CENTRAL ES a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e o fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB SUL-SERRANO responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL ES perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente, à sua participação nessas operações. Saldos das transações da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL ES:

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Operações Ativas		
Ativo - Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira	1.766.714	1.790.030
Ativo - Participações de Cooperativas	148.960	124.645
Ativo - Rendimentos Centralização Financeiras a Receber	19.594	21.868
Total de Operações Ativas	1.935.268	1.936.543
Operações Passivas		
Passivo - Repasses Interfinanceiros	91.535	121.399
Passivo - Obrigações por Empréstimos e Repasses	25.600	25.600
Total de Operações Passivas	117.135	146.999
Descrição	30/06/2026	30/06/2025
Receitas		
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	113.796	111.421
Outras Receitas Operacionais	5.474	7.735
Total de Receitas	119.270	119.156
Despesas	30/06/2026	30/06/2025
Rateio de Despesas da Central	-	(3.815)
Empréstimos e Repasses	(5.038)	(3.630)
Outras Despesas Operacionais	(10.893)	(15.441)
Total de Despesas	(15.931)	(22.886)

34. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955/2021 e Resolução CMN nº 5.194/2024, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites:

Descrição	30/06/2026	30/06/2025
Patrimônio de Referência	1.239.920	1.105.479
Margem de Compatibilização	554.120	545.216
Índice da Basileia	21,69%	23,67%
Margem de Imobilização	562.516	511.952

35. Benefícios a Empregados

A Cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus empregados e administradores. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

As contribuições dos funcionários e administradores da cooperativa são de forma facultativa, variando de 1% a 8% do salário, além disso, a cooperativa contribui adicionando 50% do valor descontado de previdência privada na forma de benefício para o colaborador.

As despesas com contribuições efetuadas pela Cooperativa totalizaram:

Descrição	30/06/2026	30/06/2025
Contribuição Previdência Privada	(261)	(223)
TOTAL	(261)	(223)

36. Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos, é aprovada pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, riscos de crédito, social, ambiental e climático, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, cibernético e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e do fortalecimento da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das Cooperativas.

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e do fortalecimento da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das Cooperativas.

36.1 Risco Operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

36.2 Risco de Crédito

As diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações, e no monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos, garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN nº 4.966/2021.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias, incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como a comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para a avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;

- l) aplicação de testes de estresse, identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

36.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros estão descritas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado e do Risco de Variação das Taxas de Juros e no Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado e do IRRBB, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para as Cooperativas do segmento S3, S4 e S5.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, adequada ao perfil dos riscos e à importância sistêmica da cooperativa, e capacitada para avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a cooperativa atua.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das Cooperativas.

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui:

- a) O risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação;
- b) O risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O IRRBB é definido com o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a mensuração do risco de mercado das operações contidas na carteira de negociação, são utilizadas metodologias padronizadas do Banco Central do Brasil (BCB), que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (commodities).

Para a mensuração do risco das operações da carteira bancária sujeitas à variação das taxas de juros, são utilizadas duas metodologias que avaliam o impacto no:

- a) valor econômico (ΔEVE): diferença entre o valor presente do reapreçamento dos fluxos em um cenário-base e o valor presente do reapreçamento em um cenário de choque nas taxas de juros;

b) resultado de intermediação financeira (ΔNII): diferença entre o resultado de intermediação financeira em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira em um cenário de choque nas taxas de juros.

O acompanhamento do risco de mercado e do IRRBB das Cooperativas é realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciam, no mínimo:

a) o valor do risco e o consumo de limite da carteira de negociação, nas abordagens padronizadas pelo BCB;

b) os limites máximos do risco de mercado (RW_{ampad});

c) o valor de marcação a mercado dos ativos e passivos da carteira de negociação, segregados por fatores de risco;

d) o valor do risco e consumo de limite da carteira bancária, nas abordagens de valor econômico e do resultado de intermediação financeira, de acordo com as exigências normativas aplicáveis a cada segmento S3 e S4;

e) os descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos;

f) os limites máximos do risco de variação das taxas de juros (IRRBB);

g) a sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira, quando submetidos ao aumento paralelo de 1 (um) ponto-base na curva de juros;

h) o valor presente das posições, descontadas pela expectativa de taxa de juros futuros da carteira de ativos e passivos;

i) o resultado das perdas e dos ganhos embutidos (EGL);

j) resultado dos testes de estresse.

36.4 Risco de Liquidez

As diretrizes para o gerenciamento do risco de liquidez estão definidas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira, na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez e no Manual de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco liquidez, com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O gerenciamento do risco de liquidez das Cooperativas do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente com as boas práticas de gestão.

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado, ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

a) acompanhamento do risco de liquidez das Cooperativas, realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos a órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciem, no mínimo:

a.1) limite mínimo de liquidez;

a.2) fluxo de caixa projetado;

a.3) aplicação de cenários de estresse;

a.4) definição de planos de contingência.

b) relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

c) plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

Os resultados dos testes de estresse aplicando os cenários de estresse, tem por objetivo identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das cooperativas do Sicoob.

36.5 Riscos Social, Ambiental e Climático

O gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático é realizado com o objetivo de conhecer e mitigar riscos significativos que possam impactar as partes interessadas, além de produtos e serviços do Sicoob.

A partir dos princípios e diretrizes estabelecidos na Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática do Sicoob, é possível nortear as análises de relevância das exposições aos riscos social, ambiental e climático, considerando os seguintes conceitos:

Risco Social: o processo de gerenciamento do risco social visa garantir o respeito à diversidade e à proteção de direitos fundamentais nas relações de negócios e para todas as pessoas, observando impactos negativos e perdas que possam afetar a imagem do Sicoob.

Risco Ambiental: o processo de gerenciamento do risco ambiental consiste na realização de avaliações sistêmicas por meio da obtenção de informações ambientais, disponibilizadas por órgão competentes, observando potenciais impactos negativos e perdas em decorrência de danos causados ao meio ambiente por agentes físicos, químicos e/ou biológicos que possam afetar a reputação e os negócios do Sicoob.

Risco Climático: o processo de gerenciamento do risco climático consiste na realização de avaliações sistêmicas considerando a probabilidade da ocorrência de eventos que possam ocasionar danos de origem climática, na observância dos riscos físico e de transição.

Os riscos social, ambiental e climático são observados nas linhas de negócios do Sicoob, de acordo com os critérios de elegibilidade, avaliação e monitoramento e divulgados nos manuais internos, observando a combinação de setores de maior risco, valores de exposição e existência de embargos ambientais, possibilitando a análise de associados com predisposição aos riscos desta natureza, em conformidade com as normas e regulamentações vigentes.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de trabalho escravo ou infantil.

De modo a observar a propensão ao risco das atividades econômicas das contrapartes, foi elaborada a Lista de Setores Sensíveis e a Lista de Exclusão, considerando os impactos causados ao meio ambiente e na sociedade como um todo, acidentes de trabalho, exposições em mídia, fontes de receita, sensibilidade da legislação aplicável no exercício das atividades, práticas de mercado, apetite a risco institucional e risco de imagem.

O limite de concentração da exposição em setores sensíveis é de 15% (quinze por cento), considerando o saldo devedor dos setores, de forma consolidada, sobre a carteira total da cooperativa.

36.6 Gerenciamento de Capital

A estrutura de gerenciamento de capital do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas.

36.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- d) continuidade planejada das operações (ativos de TI, inclusive pessoas, instalações, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e depois da interrupção;
- e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto nos Negócios (AIN) para identificar os processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN tem base nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, revisados e testados, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em Plano de Continuidade Operacional (PCO), Plano de Recuperação de Desastre (PRD) e Plano de Emergência (PEM).

Anualmente, são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

36.8 Risco Cibernético

O gerenciamento de Risco Cibernético compõe a Gestão Integrada de Riscos e abrange os riscos relacionados a segurança de sistemas, redes, infraestruturas, dados e usuários, assegurando uma abordagem abrangente para proteger as entidades do Sicoob contra ameaças no ambiente digital.

As diretrizes para o gerenciamento do risco cibernético estão definidas na Política Institucional de Risco Cibernético e no Manual de Risco Cibernético, aprovados pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração do CCS, estabelecendo a metodologia, as métricas e os procedimentos padronizados para todas as entidades do Sicoob.

De forma complementar, em alinhamento às diretrizes da Resolução BCB n.º 85/2021 e à Política Institucional de Segurança Cibernética do Sicoob, o gerenciamento do risco cibernético considera os instrumentos, processos e controles institucionais relacionados à segurança cibernética, conforme aplicável, incluindo a política de segurança cibernética, o plano de ação e de resposta a incidentes, os processos de prevenção, detecção, tratamento e resposta a incidentes, a proteção das informações sob responsabilidade das entidades do Sicoob e a preservação de sua confidencialidade, integridade, disponibilidade e autenticidade.

Além disso, em atendimento às diretrizes da Resolução BCB n.º 85/2021 e à Política Institucional de Segurança Cibernética do Sicoob, são considerados procedimentos e controles voltados à prevenção, detecção, resposta e redução da vulnerabilidade a incidentes cibernéticos. Esses controles contemplam a proteção das informações sob responsabilidade das entidades do Sicoob, preservando sua confidencialidade, integridade, disponibilidade e autenticidade, a prevenção e redução de impactos decorrentes de eventual interrupção dos serviços de tecnologia, o tratamento e a prevenção de incidentes de segurança cibernética, e diretrizes aplicáveis à contratação de serviços relevantes de processamento, armazenamento de dados e computação em nuvem.

A área de Risco Cibernético realiza monitoramentos essenciais, acompanha vulnerabilidades e incidentes cibernéticos, além de participar de fóruns específicos sobre o tema, contribuindo para o desenvolvimento de suas funções e para a proteção dos ativos digitais do Sicoob. Adicionalmente, são realizadas pesquisas periódicas da maturidade em segurança cibernética de todo o sistema Sicoob, permitindo a avaliação da eficácia dos controles e o direcionamento estratégico das ações de mitigação.

O ciclo de identificação, avaliação, tratamento e monitoramento do risco cibernético é realizado, no mínimo, bianualmente. Em casos excepcionais, a Diretoria Executiva do CCS poderá antecipar a execução.

37. Seguros Contratados – Não Auditado

A Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e pelos agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Venda Nova do Imigrante – ES, 20 de julho de 2026.

Giovane Bissoli
Diretor Executivo

Mayara Bittencourt Caus
Diretora Operacional

Wanderson Vieira da Silveira Sossai
Contador CRC nº 016925/O-0-ES



Mais que uma *escolha financeira.*

comunidadesicoob.com.br

    [sicoobes](#)

